



Revista

Brava Gente

Revista da Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini • Número 1 • Ano 1 • 2010



ANOS DE PDT

O AMOR PELO BRASIL FAZ A NOSSA HISTÓRIA

CARLOS LUPI

Saiba por que o PDT faz a diferença no MTE

MANOEL DIAS

“Em 2010 o PDT dobrará de tamanho”

BRIZOLA VIVE

História, luta e legado do nosso maior líder

O PDT precisa de você para crescer.



Campanha Nacional de Contribuição Partidária

O PDT é um dos maiores partidos políticos do país. Já somos mais de um milhão de filiados. Sabemos que nossa tarefa histórica é servir como instrumento de transformação da sociedade pelo povo Brasileiro. Para cumpri-la, precisamos crescer e nos fortalecer ainda mais e cada filiado, dirigente e parlamentar deve contribuir financeiramente. Com sua contribuição vamos fazer crescer o PDT que todos sonhamos.

EDITORIAL

30 ANOS DE LUTAS EM DEFESA DO TRABALHADOR

Esses 30 anos de fundação do Partido Democrático Trabalhista - PDT significam 30 anos de coerência e luta em favor do Brasil e do trabalhador brasileiro. O PDT tem uma marca que é a da sua história que começa com Getúlio, com a transformação do Brasil agropecuário, em industrial; com a conquista da Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, que décadas depois ainda serve de exemplo para o resto do mundo; com a criação da Petrobras, com um projeto de Nação. Ali começa a história do trabalhismo.

E ela avança com Getúlio, voltando para o poder em 1950 pelos braços do povo, e encerra este ciclo, considerado o único momento da história em que o suicídio de um Presidente da República impede um golpe, que só aconteceria após 10 anos. Depois, o exílio. Trabalhistas foram perseguidos, e Brizola, Jango, nossas maiores lideranças, expulsos. No seu retorno, em 1979 – Brizola foi o político que mais tempo ficou exilado –, a tentativa de reconstrução do PTB, e mais uma vez a força do arbítrio, o resquício militar impede que os trabalhistas de verdade retomem suas bandeiras com o PTB. Neste momento, surge o PDT.

Surgimos para mostrar que o PDT era o fio da história que nos ligava ao trabalhismo, que sempre foi a corrente de pensamento mais sólida, mais ligada, mais próxima das aspirações do trabalhador e do projeto de nação que tínhamos. Nesses 30 anos de PDT a nossa marca principal é a coerência dessa história, a lealdade e o amor que o maior patriota que esse País já teve, Leonel de Moura Brizola, fez na sua existência como presidente e maior liderança do PDT.

Ao completar esses 30 anos sem a presença física de Brizola, o principal desafio do PDT e do trabalhismo é afirmar essas ideias, esses princípios, essa coerência histórica, essa fé num projeto de nação, cuja prioridade absoluta é a educação. Essa defesa intransigente do legado trabalhista de Vargas, de Jango, de Pasqualini e do próprio Brizola. É acreditar que podemos avançar cada vez mais, engajar a sociedade brasileira num projeto de nação, cuja base principal seja a educação e a defesa do direito do trabalhador brasileiro.

Hoje, isso está profundamente interligado com as marcas do Governo do Presidente Lula, e por isso, nós tra-

balhistas, como costumam chamar, getulistas, varguistas e brizolistas, apoiamos a candidatura da Ministra Dilma Rousseff. Ela nos ajudou a criar o PDT, tem uma história no trabalhismo, que é a nossa marca, nossa linha de coerência, nosso pensamento sintetizado. Ela garantirá os avanços que Lula conseguiu nos seus oito anos de governo, como a marca de 12,5 milhões de empregos formais gerados, com ação social forte, com a criação do pré-sal, alavancando a respeitabilidade internacional do Brasil.

Dilma é a garantia de continuarmos avançando nas conquistas sociais, nos direitos dos trabalhadores, na priorização da educação como única forma de se libertar o povo, no projeto de Nação. Por isso, esses 30 anos de PDT são de afirmação de princípios de ideias, de coerência de um partido que jamais abriu mão de continuar lutando por sua história, por sua coerência e por líderes que marcaram a história do Brasil com a sua própria vida em prol do povo brasileiro. ■

CARLOS LUPI

Ministro de Estado do
Trabalho e Emprego
Presidente Nacional do PDT
(licenciado)



Arquivo PDT

BRAVA GENTE BRASILEIRA!

Em maio, celebramos 30 anos e o nosso sentimento é de orgulho cívico

O PDT, desde sua fundação, reafirma, ano após ano, seu compromisso irrevogável com o Brasil e com o futuro dos brasileiros.

Os 30 anos de assinatura da Carta de Lisboa em 1979 e a posterior formalização da legenda, já no Brasil, não são suficientes para demarcar nossa intervenção na história do País.

"Viemos de longe" - dizia Brizola. O trabalhismo de Pasqualini, Vargas e Jango, que herdamos, já havia marcado profundamente a memória do povo trabalhador.

Nossa legenda foi concebida em um episódio turbulento e do mais profundo simbolismo: nos foi tomada a sigla PTB, por saberem o que ela significava no imaginário popular, mesmo depois de anos de ditadura. Eles sabiam também que, ao chegarmos ao poder, faríamos as Reformas de Base.

Mas não esmorecemos. Brizola costumava dizer que ele era como planta do deserto, bastava uma gota de orvalho para alimentá-lo.

Foi como PDT, então, que nos reorganizamos. Tínhamos um líder a nos guiar, mais do que isso, um comandante, e a certeza de onde queríamos chegar. Como patrimônio: nossa história e nossas bandeiras.

De lá pra cá, foram trinta anos de lutas e conquistas que nos levaram a ser identificados como o partido da educação, do trabalhador brasileiro, da soberania nacional e da ética.

Brizola, timoneiro de nossos sonhos e esperanças, vive entre nós com seus ensinamentos e sua obra.

Nosso partido, para cumprir seu papel de resgatar o fio da história e servir de instrumento do povo brasileiro para sua libertação, diante da ausência física e cotidiana de Brizola, precisa do esforço militante de todos nós.

Nosso desafio, daqui em diante, é construir um partido do tamanho de nosso legado histórico.

Precisamos nos preparar para governar o Brasil com quadros qualificados, base social mobilizada e estrutura de organização, compatíveis com essa tarefa.

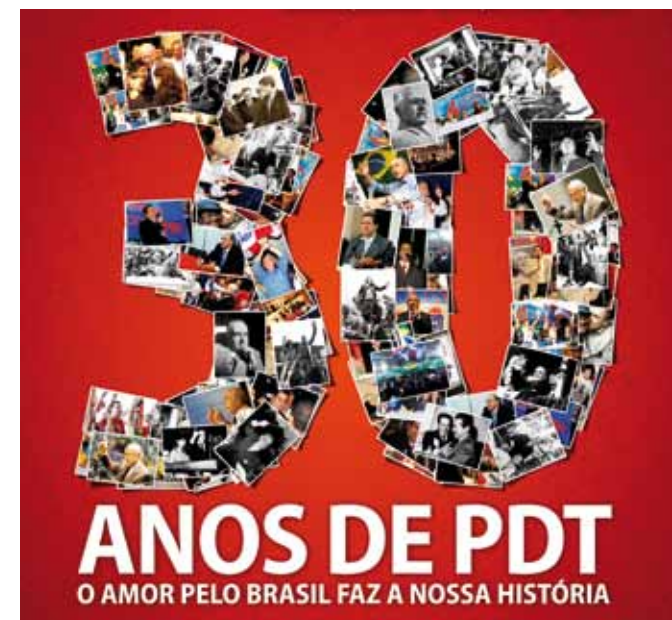
Vamos inundar o País de consciências esclarecidas, como dizia Brizola, e o caminho para isso são os núcleos de base e a formação política por meio da Universidade Leonel Brizola - ULB. É na base que nos fortaleceremos.

É com esse sentimento que lançamos a revista *Brava Gente*, que servirá de espaço para aprofundarmos o debate sobre nossa concepção diante dos grandes temas nacionais. A revista vem acompanhada de outras ferramentas que lançaremos em breve, capazes de auxiliar - em tempos de Internet - nossa organização interna, captação de recursos, mobilização, formação política e comunicação.

O nome escolhido para a revista é uma singela homenagem a Leonel Brizola que, ao final de toda reunião, entoava e conclamava todos a acompanhá-lo nesse trecho do Hino da Independência, o seu preferido.

Certamente por sintetizar, em um refrão, a causa pela qual dedicou sua vida e que dá significado a nossa existência como partido político. "Brava gente brasileira! Longe vá temor servil! Ou ficar a Pátria livre, Ou morrer pelo Brasil". ■

MANOEL DIAS
Presidente Nacional
da Fundação Leonel
Brizola-Alberto Pasqualini



06
PDT 30 ANOS
"O amor pelo Brasil
faz a nossa história"



32 PDT NO PARLAMENTO
Saiba como atua a bancada trabalhista



38 MTE
O PDT faz a diferença no Governo Lula



16
MATHEUS SCHMIDT
Homenagem a um bravo
trabalhista



22
JUVENTUDE
Tudo é uma questão
de oportunidade



26
SINDICALISTAS
PDT e trabalhadores
unidos



28
NEGROS
Um compromisso histórico
do PDT



31
ENCONTRO DA AMT
Mulheres afinadas
com Dilma



46
NOSSAS BANDEIRAS
Espaço para discussão dos
grandes temas nacionais

EXPEDIENTE

BRAVA GENTE, REVISTA DA FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI. ANO 1. Nº 1 - JUNHO/JULHO/AGOSTO 2010. Contribuíram com esta edição: Alexandre Hermani, Clairton Schardong, Darcy Vieira, Diego Buralde, Eudes Vieira, Francis Maia, Francisco Barroso, Fernando da Rosa, Guilherme Batista Meditsch, Jéssia (PDT-sc), Juliana Cardoso, João Silvestre, Karla Rosa, Leticia Coimbra, Luciana Araújo, Marco Ribeiro, Mário Lima Filho, Max Monjardim Maneschi, Sergio Caldieri. PROJETO GRÁFICO, REVISÃO, DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL: i-Comunicação Integrada. Fotografia: Arquivo PDT, Cássio Regal - Studio Z, Agência Câmara, Agência Brasil, Stockxchng, Photoxpress, Heroturko. Tiragem: 5.000 exemplares. Impressão: Gráfica Papel e Cores Ltda. Distribuição: Interna e gratuita. Correspondências: Rua do Teatro, nº 39, Centro, Rio de Janeiro - RJ. CEP. 20050-190. Tel: (21) 2232 0121. E-mail: secretaria@pdt.org.br. Site: www.pdt.org.br

PDT 30 ANOS

O PDT foi fundado por Leonel Brizola, no exílio, em Lisboa, em 1979, mas sua herança histórica vem da Revolução de 30, com Getúlio Vargas, e depois João Goulart

POR FRANCISCO LEITE FILHO

O Partido Democrático Trabalhista tem sua origem no esforço de um grupo de brasileiros que, liderados por Leonel Brizola, não deixaria morrer os ideais do trabalhismo. Foi assim que nasceu, em 17 de junho de 1979, em Lisboa, o PDT: fruto do encontro dos trabalhistas no Brasil com os no exílio.

Desse encontro, ao qual estavam presentes, além de Brizola, Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro, Neiva Moreira, Matheus Schmidt e o líder português Mário Soares, representando a Internacional Socialista, saiu a Carta de Lisboa, documento histórico que definiu as bases do novo partido. “O novo Trabalhista

mo” - dizia o documento - “contempla a propriedade privada condicionando seu uso às exigências do bem-estar social. Defende a intervenção do Estado na economia, mas como poder normativo, uma proposta sindical baseada na liberdade e na autonomia sindicais e uma sociedade socialista e democrática.”

A Carta de Lisboa já traçava o caminho deste movimento que, em princípio, visava à revitalização do PTB de Getúlio Vargas, proscrito pelo Golpe de 64, numa manobra para evitar a ascensão das massas ao poder, que se configurava como nossa maior força política daquela época. O novo PTB deveria assentar-se “na

representação popular, no pluripartidarismo, no nacionalismo getuliano, no sindicalismo moderno e no desenvolvimento capitalista, orientado pelo Estado”, como descreveu à época Darcy Ribeiro, um de seus principais signatários”. Ocorre, no entanto, que a tão exaltada abertura política, que trouxe a anistia de milhares de brasileiros exilados, presos, torturados e assassinados, não era propriamente uma abertura, mas um disfarce. O artifício, como se comprovou logo depois da volta de Brizola, era destinado a perpetuar o sistema dominante, agora não mais com a ação militar e sim com a de seus delegados de plantão.

Em meados de maio de 1980, quando, depois de mais de um ano de luta na justiça para a oficialização do PTB, chega a notícia do veto aos herdeiros autênticos de Getúlio Vargas. Uma manobra jurídica, patrocinada pela ditadura, concedeu a sigla a um grupo de aventureiros e adesistas, que se aliou às elites dominantes, voltando-se contra os interesses dos trabalhadores. Leonel Brizola, depois de 15 anos de desterro, Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro e outros trabalhistas histó-

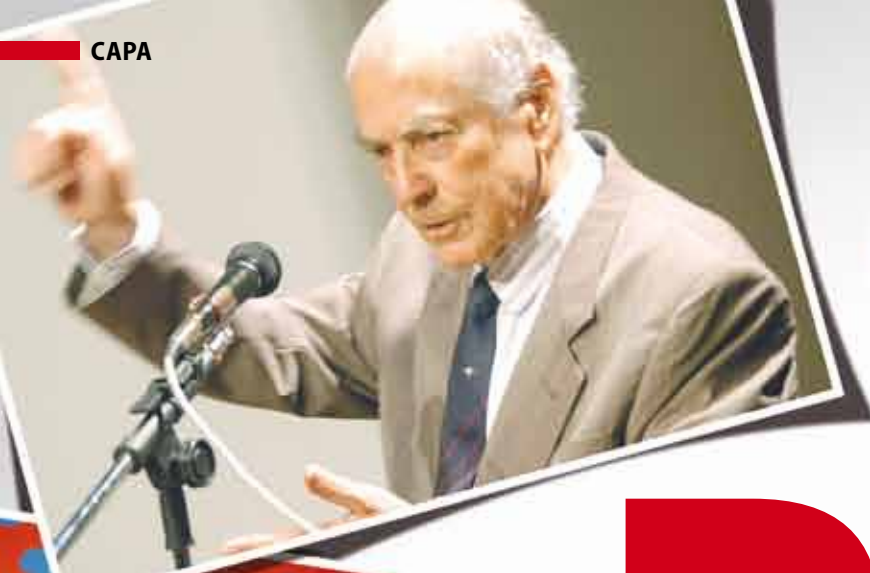
ricos já tinham retornado ao Brasil, quando a Justiça Eleitoral entregou, em 12 de maio de 1980, o PTB àquele grupo, liderado, ironicamente, por uma sobrinha em segundo grau de Getúlio. A ditadura não só avisava que estava viva, como jamais permitiria que Leonel Brizola, o governador gaúcho que ousara enfrentar o sistema com a rebelião cívico-militar da Legalidade, em 1961, possibilitando a posse do então Vice-Presidente João Goulart, a chegar ao poder. “Consumou-se o esbulho”, denunciou Brizola, chorando e rasgando diante da televisão um papel sobre o qual escrevera aquelas três letras, que durante tanto tempo simbolizara as lutas sociais no Brasil.

“Uma sórdida manobra governamental” - disse ele - “conseguiu usurpar a nossa sigla para entregá-la a um pequeno grupo de subservientes ao poder... O objetivo dessa trama é impedir a formação de um partido popular e converter o PTB em instrumento de engodo para as classes trabalhadoras”. O poeta Carlos Drummond de Andrade registrou o momento em seus versos imortalizados:

“Vi um homem chorar porque lhe

“Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que optamos por uma solução trabalhista, nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do País, é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este Encontro no lugar mais adequado: a Pátria brasileira. A tarefa de organizar com nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente.”

Trecho da Carta de Lisboa



Fotos: Arquivo PDT





negaram o direito de usar três letras do alfabeto para fins políticos. Vi uma mulher beber champanha porque lhe deram esse direito negado ao outro. Vi um homem rasgar o papel em que estavam escritas as três letras, que ele tanto amava. Como já vi amantes rasgarem retratos de suas amadas, na impossibilidade de rasgarem as próprias amadas”.

Brizola, então, parte de imediato para a criação de uma nova sigla. Uma semana depois, nos dias 17 e 18 de maio, os trabalhistas autênticos reuniam-se no Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para o Encontro Nacional dos Trabalhistas, que, contou com a participação de mais de mil pessoas. Lá foi anunciada a adoção de uma nova sigla para o partido - PDT. No dia 25 de maio, outra reunião, desta vez na ABI - Associação Brasileira de Imprensa, na Cinelândia, aprovou o programa, o manifesto e os estatutos do Partido Democrático Trabalhista.

“CONSUMOU-SE O ESBULHO”, DENUNCIOU BRIZOLA, CHORANDO E RASGANDO DIANTE DA TELEVISÃO UM PAPEL SOBRE O QUAL ESCREVERA AQUELAS TRÊS LETRAS, QUE DURANTE TANTO TEMPO SIMBOLIZARA AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

O PDT passou, então, a dar cumprimento ao enunciado da Carta de Lisboa, organizando-se, inicialmente, em nove Estados, sobretudo a partir do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O autoritarismo, ainda vigente, baixou normas draconianas para favorecer o partido do poder - PDS, antiga Arena, hoje PPB, e restringir brutalmente os partidos de oposição. Não obstante, na primeira eleição democrática de 1982, o PDT elegeu Brizola governador do Rio de Janeiro, dois senadores - um no Rio de Janeiro e outro em Brasília -, 24 deputados federais,

credenciando-se como uma das principais forças políticas do País. Em 1983, antes da posse de Brizola, os pedetistas fazem nova reunião nacional, em que tiram a Carta de Mendes, cidade do interior do estado do Rio que abrigou o encontro. Neste documento, eles traçam as diretrizes da ação política para a realidade do novo Brasil saído das urnas. Em 1990, elege os governadores do Rio de Janeiro, novamente com Brizola, em primeiro turno, Alceu Collares, no Rio Grande do Sul, e Albuíno Azeredo, no Espírito Santo.

Apesar dessas vitórias, Brizola, já então com quase 70 anos de idade, sabia das limitações a que estava exposto. Limitações depois exacerbadas com o surto do neoliberalismo à frente do qual não estavam mais homens uniformizados e sim, de terno e gravata. O que se abateria sobre o mundo, a partir dali, entretanto, retardaria a ascensão do Partido ao poder nacional, que assistia de camarote ao desmonte desse sistema cruel e desumano, credenciando-se junto ao povo como última alternativa no Brasil naquele momento.

O importante para o líder trabalhista era deixar plantada a semente do trabalhismo, através do PDT, certo de que, um dia, tocado pela história, influenciará decisivamente nos destinos do País, de forma direta ou indireta.

É neste contexto que celebramos os 30 anos de nossa formalização oficial como partido, que se situa a importância do PDT e sua longa biografia nas lutas sociais de nosso país. E a história do PDT, nestes 30 anos de luta pelo povo brasileiro, pela soberania nacional, confunde-se com a própria história política, econômica e social do Brasil.

E voltaremos a fazer história na convenção nacional de 12 de junho de 2010, em São Paulo, como fizemos com a Carta de Lisboa, pouco antes da anistia, em 1979, e a nossa fundação oficial, no Rio de Janeiro, por Leonel Brizola, em 1980.

Isso porque fomos o primeiro partido a formalizar apoio à candidata Dilma Rousseff à presidência da República. Em janeiro deste ano, por unanimidade, a Executiva Nacional do PDT aprovou o indicativo de apoio à pré-candidatura da ex-ministra. Foi o primeiro passo para o apoio formal que, agora é referendado pelo Diretório e pela Convenção Nacional do partido.

Isto tem um significado: Dilma não é apenas uma candidata. Ela representa um movimento social que, fundado por Getúlio Vargas e outros líderes latino-americanos, a partir de 1930, impulsionou o subcontinente com reformas de proteção ao trabalhador, de industrialização, soberania e independência. Estas reformas sofreram uma mudança com a morte de Getúlio, em 1954, seguida da derrubada de Perón, na Argentina, em 1955, devido à intensificação da guerra fria, em meados dos anos 50, e, depois, da irrupção do neoliberalismo, nos anos 80. Nossos países voltaram a sofrer os efeitos do sistema vigente, que gerou o desemprego, o achatamento salarial, a recessão, o sucateamento e a ruína de nossas grandes empresas estatais.

Segue-se a internacionalização de nossa economia. Hoje, a não ser a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa e os Correios, que se salvaram do incêndio privatista, já não temos uma única grande empresa, exclusivamente nossa no setor privado, porque foram todas abocanhadas por grandes empresas transnacionais. Tudo isto provocou um grave retrocesso em nossas conquistas sociais e econômicas.

Não obstante, a implacabilidade do processo social acabou determinando uma reversão a este processo de internacionalização da economia - a partir do final do segundo e início do terceiro milênios, com a eleição de presidentes progressistas, nas nações mais emblemáticas, como Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Venezuela. Estes presidentes começam a superar aquele retrocesso, reorientando nossos países rumo à justiça social, ao crescimento e à autonomia.

Assim, quis o destino, por motivos até de limitações físicas, que o condutor desta mudança, no Brasil, não fosse o líder e fundador do PDT, Leonel de Moura Brizola, cuja morte, em 2004, também é celebrada neste mês de junho, mas o operário Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula, que termina agora seus dois períodos presidenciais, reinaugurou uma política social, a qual, se não se mostrou ideal, estancou o processo de saque à nossa economia, com uma política social que mudou o cenário de miséria e elevou à condição de milhões de brasileiros, com a criação de mais empregos, fazendo o Brasil surgir com um papel de protagonista no panorama internacional.

Nos últimos três anos, o PDT teve a honra de também desempenhar papel de destaque na política de empregos, por meio da atuação, à frente do Ministério do Trabalho, de Carlos Lupi, que sucedeu Brizola na presidência nacional da legenda. Lupi é o executor da política de Lula no setor, que, só neste ano, deverá propiciar a criação de 2,5 milhões de empregos, numa época de recessão mundial, em que países desenvolvidos, como a Espanha, registram taxas de 20% de desempregados.

NA PRIMEIRA ELEIÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1982, O PDT ELEGEU BRIZOLA GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO, DOIS SENADORES E 24 DEPUTADOS FEDERAIS, CREDENCIANDO-SE COMO UMA DAS PRINCIPAIS FORÇAS POLÍTICAS DO PAÍS

E, com o pensamento na continuidade da política adotada neste governo e que vem trazendo resultados comprovados de crescimento social e econômico, que, por Lula estar impedido de pleitear um terceiro mandato, por norma constitucional, ele indicou como sua sucessora, neste processo, a ministra Dilma Rousseff. A pré-candidata conheceu, por experiência própria, as lutas sociais, inclusive no embate direto contra a ditadura militar que derrubou nosso presidente constitucional João Goulart, em 1964. Dilma também militou grande parte de sua vida no PDT, partido no qual ingressou desde a sua fundação, imbuída do espírito de Brizola, que, vindo do exílio de 15 anos, lançou uma mensagem renovadora, que empolga o Brasil até os dias de hoje. Razões locais a levaram a separar-se de nossa legenda, mas não de nosso campo popular, para nos reencontrarmos novamente, poucos anos depois, neste encontro crucial da nacionalidade. ■



Fotos: Arquivo PDT



Arquivo PDT

POR DARCY RIBEIRO

UM TÍPICO FILHO DO POVO

Nasceu em 22/01/1922, no povoado de Cruzinha, antes pertencente ao município de Passo Fundo, e hoje a Carazinho. Estudante de engenharia, ingressou no recém-fundado Partido Trabalhista Brasileiro - PTB -, em agosto de 1945, para apoiar a política social de Getúlio Vargas. Era um universitário atípico, uma vez que a maioria de seus colegas era comunista ou udenista. Provavelmente porque ele vinha de uma dura vida - infância pobre, trabalhando para estudar - que o identificava com a classe trabalhadora. Atípico, também, porque, já alcançando êxito naquela idade, não aderiu aos ideais das elites e até se orgulhava de sua origem popular.

Assim é que, quando Getúlio saiu na sua memorável campanha eleitoral pelo Brasil adentro, levou consigo, como assessores, o Jango, Brochado da Rocha, e o Brizola, que eram chamados o "Jardim da Infância" do Presidente.

No curso dessas lutas, Brizola cresceu e se afirmou como principal líder

brasileiro de esquerda. Como tal, convocou as forças progressistas a se unirem a ele, numa Frente Nacional de Libertação, para as lutas anti-imperialistas de combate à espoliação estrangeira e ao latifúndio improdutivo. Tal era então seu prestígio que, mantendo-se no governo do Rio Grande do Sul, se candidatou a deputado federal pelo Rio de Janeiro, alcançando a maior votação registrada na história brasileira.

• Líder popular

No Parlamento, Brizola se tornou o líder das esquerdas e o principal coordenador do grupo de pressão sobre Jango na consecução das reformas de base, principalmente a reforma agrária, que a seu ver devia ser feita "na lei ou na marra". Articulou a Frente de Mobilização Popular, integrada pela Frente Parlamentar Nacionalista, pela UNE e pela CGT, e apoiada pelas principais lideranças de esquerda, inclusive por Prestes, Arraes e Julião. Surgiu, assim, o que



Arquivo PDT

Santiago Dantas chamou de "esquerda negativa", para contrastar a combatividade das forças lideradas por Brizola, com o caráter persuasório do movimento que apoiava o Presidente João Goulart na sua política de reformas.

Desde então, as forças progressistas se bipartiram. De um lado, o governo lutava pelas reformas fundamentais que considerava possíveis, e que eram vistas pela direita como tão avançadas que a unificavam e lançavam no golpismo contra revolucionário. Do outro lado, Brizola utilizava intensa e vivamente o rádio e percorria todo o Brasil em pregações, mobilizando o povo para forçar as reformas estruturais. Simultaneamente, organizava seus seguidores em "Grupos de Onze", semelhantes às células comunistas, estruturando-os em seus locais de moradia e de trabalho para o ativismo político radical.

Nesse ambiente é que se desencadeou o golpe militar de 1964. Jango o enfrentou pelo diálogo, negociando com os chefes militares, mas negando-se a dar ordem de combate contra as forças sublevadas. Brizola articulou no Rio Grande do Sul um movimento de resistência armada, ao lado do general Ladário, Comandante do 3º Exército. Jango desembarcou em Porto Alegre a 2 de abril, desautorizando a resistência armada. Optou pelo exílio no Uruguai, onde Brizola, eu e muitíssimos companheiros fomos compelidos a nos exilar, também.

• Exílio de 15 anos

No exílio, Brizola prosseguiu no esforço de organizar a luta armada contra a ditadura militar. Acreditava ele, como muitos mais, naqueles anos de entusias-

mo pela figura de Che Guevara, que era possível repetir a façanha cubana. Mas a ditadura se consolidou, tornando cada vez mais inviável aquela estratégia de lutas. Acabamos confinados, por pressão da ditadura brasileira sobre o governo uruguaio. Eu, em Montevidéu, lecionando na universidade, mas proibido de sair do país. Brizola, enclausurado numa praia inóspita. Daí saíria para residir numa pequena fazenda que comprou no interior do país, onde viveria vários anos.

Mesmo isolado na campanha uruguaia, tão grande era seu prestígio político e tão decisiva continuava sua influência sobre as eleições do Rio Grande do Sul que, em setembro de 1977, a ditadura militar obrigou os governantes uruguaio a decretarem a expulsão de Brizola, dando-lhe o prazo de cinco dias para sair do país. Era seu segundo exílio e todos esperávamos que ele fosse viver na Venezuela ou em Portugal.

Surpreendentemente, Brizola, que era tido como o principal adversário político norte-americano na América do Sul, procurou a embaixada dos Estados Unidos, solicitou e alcançou o apoio do Presidente Carter - enquanto defensor dos direitos humanos - na qualidade de dissidente político perseguido pelo militarismo brasileiro.

A partir desse novo pouso, Brizola voltou a crescer. Agora, como um dos principais líderes latino-americanos. É nessa condição que se trasladou para Lisboa, aproximou-se da Internacional Socialista através do patrocínio de Mário Soares, sendo recebido, na qualidade de iminente estadista, por diversos governantes europeus, tais como Mitterrand, Olav Palm e Willy Brandt. ■



Arquivo PDT

NEIVA MOREIRA
Foi presidente nacional do PDT e líder na Câmara por duas vezes



Arquivo PDT

DOUDEL DE ANDRADE
(1920-1991)
Jornalista, vice-governador de SC e deputado

NESSES TRINTA ANOS, contamos com a expressiva militância de lideranças dos mais diversos segmentos populares. Para ilustrar, apresentamos algumas que

representam o conjunto do pensamento que consolidou o PDT. Detalharemos, nas próximas edições, os perfis destes e de outros trabalhistas históricos.



Arquivo PDT

LUIS CARLOS PRESTES
(1898-1990)
Ícone do movimento comunista, somou-se ao PDT



Arquivo PDT

ALCEU COLLARES
Foi governador do Rio grande do Sul, prefeito de Porto Alegre e Deputado Federal



POR DARCY RIBEIRO

VOLTA AO BRASIL

Estive ao lado de Brizola nos dois governos que ele exerceu no Rio de Janeiro. No primeiro, como vice-governador; no segundo, como senador. Em ambos, como coordenador de seu programa educacional. Fizemos juntos muitas coisas recordáveis. A mais importante delas foi reinventar a escola primária brasileira na forma dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs. Admiráveis por sua arquitetura, devida a Oscar Niemeyer, e muito mais pela revolução educacional que representam, como escola de tempo integral para professores e alunos; como de treinamento em serviço na arte de educar; como centro produtor de variado material didático de excelente qualidade e ainda como

oficina de elaboração de cursos audiovisuais, através de vídeos e de programas de informática educativa.

Aos CIEPs acrescentamos outra inovação, que é o Ginásio Público, onde os alunos ingressados dos CIEPs prosseguem os estudos de 6ª a 8ª série primária e de todo o nível médio, recebendo educação da mais alta qualidade. Nossa invenção mais desafiante, porém, é a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, estruturada nas bases do MIT, como uma Universidade - laboratório destinada a integrar o Brasil na civilização do 3º Milênio.

Todos esses feitos de que me orgulho muito não são criações minhas, mesmo porque eles apenas concreti-

zam ideais antigos dos principais educadores brasileiros, encabeçados por Anísio Teixeira. O que os tornou viáveis foi o fato de eu poder contar para concretizá-los com o primeiro estadista de educação que o Brasil conheceu: Leonel Brizola. Como prefeito de Porto Alegre e como governador do Rio Grande do Sul, Brizola já revelara uma paixão pela educação, que, aprofundada nos seus longos anos de vivência no exílio, pôde florescer no Rio de Janeiro. Como efeito, Brizola é o primeiro governante brasileiro a compreender em toda a sua profundidade a inextinguível importância do problema educacional, cuja solução é requisito indispensável para que o Brasil progrida.



Concluindo essas apreciações, devo assinalar que nós, militantes do PDT, somos os herdeiros da ideologia e da experiência de ação governamental dos três estadistas mais lúcidos, destemidos e fecundos que o Brasil conheceu: Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Como se vê, nós viemos de longe, trazendo nos braços gloriosas bandeiras de luta, grandes vitórias e terríveis frustrações.

Fomos nós que fizemos a revolução de 1930 para modernizar o Brasil. Legalizando as lutas trabalhistas, através de sindicatos e da promulgação das principais leis, ainda vigentes, de garantia dos direitos dos assalariados. Criando o Ministério da Educação e da Saúde e

a primeira universidade brasileira. Assentando as bases da industrialização do Brasil, com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Petrobras, da Eletrobrás e de numerosas outras estatais. Tudo isso provocou tanta raiva nos reacionários, que nos custou o suicídio do nosso líder maior, Getúlio Vargas. Fomos nós que assumimos de forma mais profunda a responsabilidade de superar o atraso e a pobreza da população brasileira, espoliada desde sempre por uma classe dominante, infecunda e estéril. Fizemos o através da Reforma Agrária e da lei de controle da espoliação estrangeira, propugnadas pelo Presidente João

Goulart. Também elas provocaram tamanha reação na velha classe descendente de senhores de escravos e de vasalos servis do capital estrangeiro, que nosso governo foi derrubado e o Presidente e seus associados sofreram atrozes perseguições e amargaram anos de exílio, em que muitos morreram. Somos nós que encarnamos, hoje, essa luta, sob a liderança de Leonel Brizola. Ele ressurgiu, depois de 15 anos de exílio e 40 anos de difamação, como o líder que vem passar nossa institucionalidade a limpo, a fim de que o Brasil floresça, afinal, como a pátria livre de um povo civilizado, próspero e feliz. Deus salve o Brasil! (Rio de Janeiro, 1994). ■

“O novo, importante e fundamental, é a emergência do povo trabalhador na vida política do País. Não de um povo amedrontado depois de 15 anos de opressão, mas de um povo que se organiza sob as mais variadas formas – nos sindicatos, nas associações, em comunidades, em movimentos e organizações profissionais – com o mesmo objetivo: o de lutar por seus direitos, pela democracia.”

Trecho da Carta de Lisboa



Arquivo PDT

FRANCISCO JULIÃO
(1915-1999)
Liderou as ligas camponesas



Arquivo PDT

JACKSON LAGO
Foi prefeito de São Luiz e governador do Maranhão



Arquivo PDT

EDIALEDA SALGADO
(1941-2010)
Lutadora da causa negra



Arquivo PDT

ABDIAS DO NASCIMENTO
Foi senador e ícone da causa negra



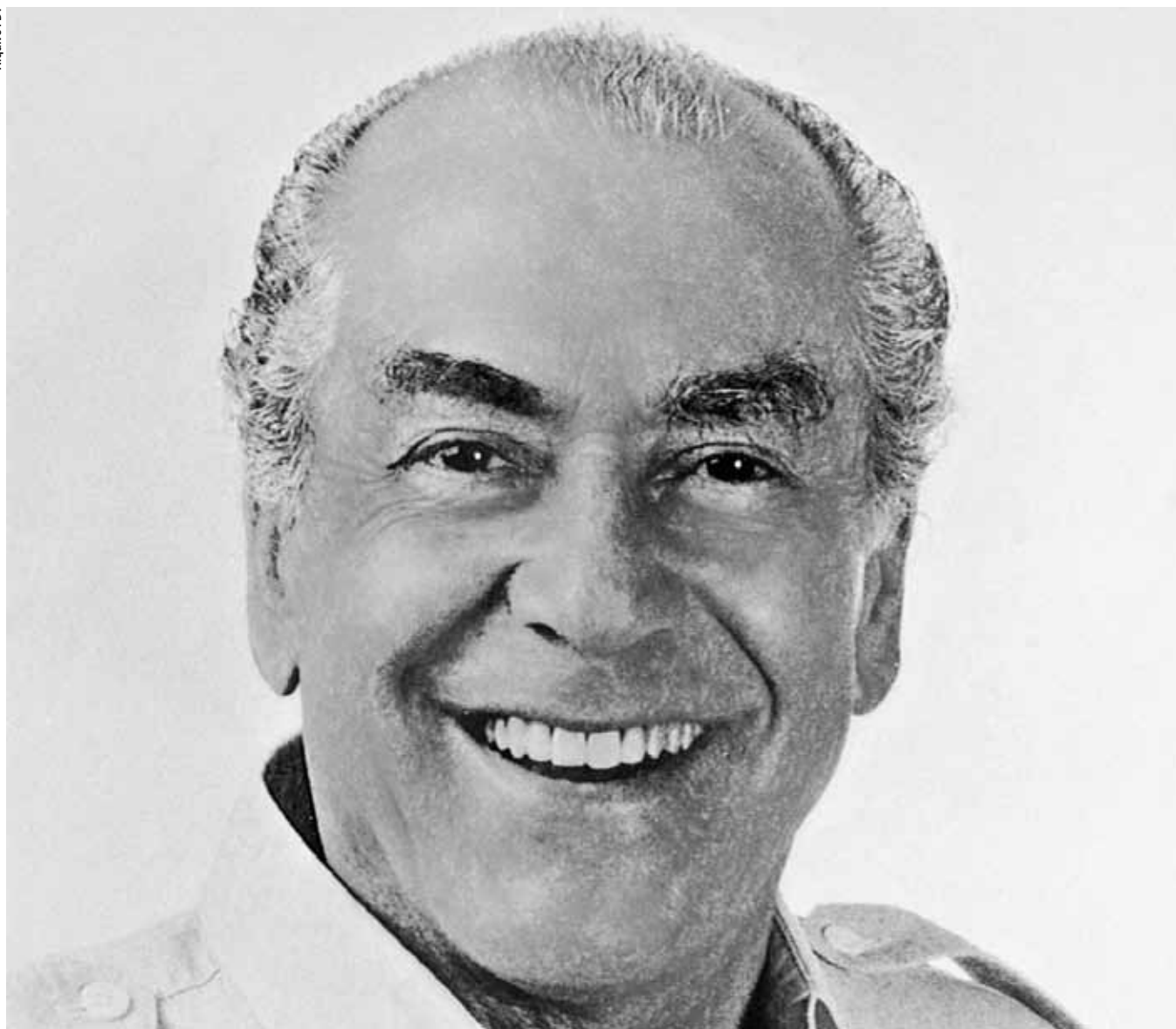
Arquivo PDT

JURUNA (1942-2002)
Ex-deputado federal. Primeiro e, até hoje, único índio a ocupar o parlamento



Arquivo PDT

CARMEM CYNIRA (1938-2002)
Foi secretária geral do PDT



BRIZOLA: SEU EXEMPLO DE VIDA, UM ETERNO ENSINAMENTO

POR LEONEL BRIZOLA NETO

Meu avô era um homem realmente admirável. Com ele tive oportunidade de me educar e aprender política da maneira mais natural possível, seguindo o seu exemplo. E que bons exemplos meu avô me passou. Uma das coisas que eu mais admirava era sua disciplina: todo o dia acordava cedo, às 6 horas, lia todos os jornais,

e logo fazia uma lista para falar com autoridades, companheiros de partido, amigos, família, e assim começava seu dia, para só parar às 11h da noite, sempre alegre. E que sorriso tinha o Brizola...

Admirava a forma carinhosa como ele tratava minha avó chamando-a de minha queridinha. Ela foi seu grande e único amor. Nunca tirou a aliança e nem

assumiu outra publicamente, mesmo depois de viúvo, respeitando seu grande amor. Até neste aspecto ele era singular, cavalheiro, sempre gentil. Nunca o vi desrespeitar nem tratar mal a uma mulher. Quando criou o programa “cada família um lote”, estipulou que o mesmo ficasse em nome da mulher, porque a via como o sustentáculo da família. Em caso de sepa-

ração, estaria garantido o teto para a família. Todas as suas ações me mostraram desde pequeno a importância e o valor das mulheres na sociedade.

Tudo isso me fazia perceber como ele era evoluído. Tratava todos igualmente, do mais pobre ao mais rico e poderoso. Nunca o vi perder a paciência, e sempre tinha uma palavra doce nas horas amargas da vida. Até mesmo quando nos dirigia palavras duras, mas corretas, na hora de puxar nossas orelhas, sentíamos que era para nosso bem, para nos educar. Hoje, adulto, vejo o quanto isso é difícil e raro, pois todo pai, ou avô, quer o melhor para seu filho ou neto, e mesmo assim o mais comum é errar na dose, para menos ou para mais.

Meu avô Brizola era elegante em seu equilíbrio. Seu exemplo de vida era um eterno ensinamento. Após a morte de minha avó, Neusa, ele assumiu de vez o papel de reunir a família, sempre atencioso e preocupado. Nunca deu moleza nem passou a mão em nossa cabeça no sentido de ser complacente com qualquer fraqueza de nossa parte. Assim, me fez entender, por meio do trabalho duro, a importância da vida, das pessoas,

da sociedade e do país. Por isso, eu e meus irmãos, apesar de netos do governador, trabalhávamos desde cedo, por volta dos 16 anos, e com o fruto de nosso trabalho, ajudávamos nossa mãe nas despesas da casa.

Quando criança, lembro-me da gente brincando no jardim, em Itaipava, e ele ficava de cabeça pra baixo, sem colocar as mãos no chão. Eu ficava impressionado com seu equilíbrio e postura ereta. Lembro-me também de como ele imitava igualzinho o canto dos passarinhos. Era fabuloso ver aquele homem importante ser ao mesmo tempo também tão simples e atencioso, numa entrega total, com naturalidade e alegria.

Às vezes observava suas conversas, de longe, só para admirá-lo, e ele dominava sempre a cena contando suas histórias, encantando quem estivesse sentado naquele sofá, ou à mesa, durante a refeição, quando ele fazia questão de servir pessoalmente os convidados. Nunca conheci alguém que soubesse tratar melhor uma visita do que meu avô Brizola, sempre servindo, preocupado em deixar a visita à vontade, como se estivesse em sua própria casa. Uma verdadeira

aula de etiqueta, que nada mais era do que a manifestação espontânea de seu espírito humanista de amor ao próximo, de respeito ao semelhante.

Esta simplicidade elegante, sua energia e imensa alegria eram contagiantes. Seus almoços eram simples: salada, arroz, feijão e um bom bife. Em Itaipava, um arroz carreteiro e um vinho honesto para compartilhar suas histórias com as visitas. Não tinha luxo, mas estes momentos eram divertidíssimos, históricos, e de puro encantamento para todos. Adorava vê-lo com seus amigos, conversando sobre o país, lembrando fatos da história, uma verdadeira aula de vida, de humanidade e de Brasil.

Meu avô me mostrou, na prática, muitas coisas, entre elas, como se constrói a democracia. Ele me fez amar o Brasil e o seu povo; ver que todos são iguais e que, por isso, merecem oportunidades iguais; fez-me respeitar muito o trabalho político e a vida partidária. Ele me ensinou que a participação política se dá através dos partidos. Por isso, devemos fazer tudo para fortalecer o nosso partido e colocar, em prática, os ideais pelos quais lutamos. ■

NA ESTRADA COM MEU AVÔ

POR JULIANA BRIZOLA

Havia mais de uma hora que tínhamos partido de Montevideu rumo a Durazno, quando me ofereci para assumir a direção do automóvel que meu avô de 76 anos conduzia pela Rua 5 em uma manhã fria de agosto de 1998. Tata, como era chamado pelos netos, derramou um olhar carinhoso sobre mim e, com voz doce, respondeu: “Por enquanto deixa comigo, minha queridinha. Fico mais tranqüilo, tu és muito ligeira”. E completou o trajeto, de mais uma hora, ao volante. Aprumado e retilíneo, como Leonel de Moura Brizola sempre se conduziu na vida.

Durante aquela viagem pela estrada de horizontes infinitos que cortava a região do pampa uruguaio, pude observar que o tempo imprimiu na fisionomia de meu avô a retidão de seu caráter. Percebi, então, a grandiosidade do legado

político e pessoal que herdara daquele homem resoluto e determinado, que caminhou sem sapatos até o início da adolescência e carregou a bandeira do trabalhismo por toda a vida.

Muito tempo se passara desde meu nascimento, em 1975, no Hospital Beneficência Portuguesa, em Porto Alegre, época em que Leonel Brizola estava exilado no Uruguai, proibido de pisar em solo brasileiro por ter ousado ser coerente e defender o cumprimento da Constituição Federal. Minha avó, Neusa, teve de vir sozinha ao Brasil visitar meu irmão gêmeo, Leonel, e eu. Para que o sogro desterrado conhecesse os netos, minha mãe, Nereida, nos levou ao Uruguai. Com dois meses de idade, Leonel e eu tivemos nosso primeiro encontro com Tata, em Durazno. Três anos depois, pressionado pela ditadura militar ao sair do Uruguai, meu avô

virou cidadão do mundo. Ao Brasil, só conseguiria voltar em 1979.

Entre nosso primeiro abraço e a viagem pela Rua 5 no inverno de 1998, passaram-se 23 anos pontuados de ausências. A atribulada agenda de homem público que ele mantinha roubava Tata da família. Ao percorrer aquela estrada, levada por ele, entendi que meu avô havia faltado aos seus netos enquanto se dedicava à luta para garantir acesso à educação a filhos e netos de outros brasileiros. Naquele precioso momento de convívio, também compreendi que seu exemplo havia me conduzido pela vida. Estava irremediavelmente comprometida com suas causas.

Hoje, no dia em que o maior líder trabalhista brasileiro faria 86 anos se ainda estivesse entre nós, gostaria de abraçar meu avô e agradecer: “Gracias, Tata, por teres me conduzido nessa viagem!”. ■



MATHEUS SCHMIDT
Fundamental na
construção partidária

MATHEUS SCHMIDT

UM FILHO DO BRASIL QUE NÃO FUGIU À LUTA

POR MÁRCIA E TITO SCHMIDT

Falar em ética e coerência na política é falar em Matheus Schmidt. Nestes últimos 30 anos, a história de Matheus se confunde com a do PDT, partido que ajudou a criar em 1980, signatário que foi da Carta de Lisboa em 1979.

Desde a chegada de Leonel Brizola ao Brasil, via São Borja, em setembro de 1979, Matheus empenhou-se em organizar o então PTB. Em Porto Alegre, alugou um sobrado na Rua dos Andradas, antiga Rua da Praia, e criou a Associação de Estudos e Debates do PTB. O objetivo, entre outros, era educar e politizar os jovens que formariam mais

tarde a Juventude Socialista; organizar o Núcleo das Mulheres, dos negros, das minorias. Era uma associação dinâmica, moderna, que, apesar do ranço da ditadura, oferecia palestras às sextas-feiras sobre as minorias, as questões de gênero, os movimentos políticos europeus; o capitalismoXsocialismo; o imperialismo americano. Dilma Linhares, atual Dilma Rousseff, era uma das palestrantes.

Da Associação de Estudos e Debates do PTB restaram algumas fotos, se tanto. Contudo, há muitos depoimentos, que, como flores, ainda iremos colher. A juventude socialista dos anos 80, hoje,

é formada por respeitáveis senhoras e senhores de cabelos brancos. Mas como as ideias não morrem, e muito menos as histórias passadas na juventude - ainda está tudo fresquinho na lembrança de todos os que frequentaram a Associação.

Perdemos a sigla para Ivete Vargas. Ela tinha o sobrenome. Nós tínhamos a genética trabalhista, a trajetória de lutas, o sangue de Getúlio Vargas que, se não nos corria nas veias, escorria pelas paredes da história.

Criamos o PDT. Criamos, não. Matheus e Brizola e outros pioneiros o

criaram. Eles eram idealistas intransigentes, jovens que acreditavam na força das ideias como cimento para a construção de um Brasil mais justo.

Matheus estava cassado. De 1968 a 1978 ficou fora de combate, pelo menos para o SNI e as autoridades da ditadura. Mas, em seguida, em 1982, numa eleição memorável cujo grito de guerra era “Devolva Matheus ao Parlamento”, elegeu-se deputado federal pelo PDT do Rio Grande do Sul. E como ele tinha orgulho desse cargo! Como estudava, como se esmerava em fazer bons discursos, como acreditava que, pela palavra, poderia mudar os destinos do País. Como era bonito de se ver!

Em 1987 ficou sem mandato, na primeira suplência de deputado federal, cargo que não chegou a assumir naquela legislatura. Mas nesse período, tornou-se um incansável Secretário-Geral Nacional do PDT. Ajudou a criar o Partido em vários estados, como Rondônia, Amapá e Acre. Conquistando amigos, ampliou o número de filiados ao partido. Porque Matheus era assim: por onde passava, deixava a sua marca de lealdade, amizade, solidariedade. Espalhava rosas no deserto. Com suas ideias impregnava de perfume as discussões mais inflamadas, e, principalmente, as decisões mais injustas, vendo sempre o lado bom. Tudo isso com muita esperança.

Em 1990, candidato a senador pelo PDT, perdeu a eleição para Pedro Simon. Mas foi Secretário dos Transportes do Governo Alceu Collares (1991-1994). Não conseguiu instituir de forma permanente o transporte fluvial de passageiros pela Bacia do Jacuí, mas construiu estradas e pontes por esse Rio Grande afora.

Nas eleições de 1994, elegeu-se novamente deputado federal. Era o seu quarto e último mandato. De 1995 a 1999 ele teve um jornal de quatro páginas, o *Tribuna Trabalhista*, que era editado no seu gabinete e distribuído no Rio Grande do Sul. Na última página, havia uma coluna intitulada “Palavra do Deputado”. Essa coluna era dele, e Matheus fazia questão de escrevê-la.

O livro “Política Neoliberal de FHC: uma visão crítica”, publicado pela Câmara dos Deputados, é uma compilação do seu trabalho parlamentar de 1995. Foi nesse ano que Fernando Henrique tornou-se neoliberal e havia muita coisa para denunciar. No livro, ele analisa as consequências para o País da implan-

tação do modelo neoliberal, com sua fúria privatizadora; critica as reformas da área econômica e a política agrícola desastrosa que prejudicava o Rio Grande, alertando para o fortalecimento do Pacto Federativo, que daria mais autonomia para os estados. O pensamento político de Matheus mais uma vez estava em íntima consonância com o estatuto do PDT. Ele era um homem de Partido.



NÃO SOU VELHO PORQUE QUERO, NEM FUI JOVEM PORQUE QUIS. VELHO, NOVO, POUCO IMPORTA. O IMPORTANTE É O QUE EU FIZ, E POR ISSO SOU FELIZ!

Ao final do mandato, em fevereiro de 1999, Matheus voltou para o seu estado natal, tornando-se novamente presidente regional do PDT/RS de 1999 a 2001 e de 2004 a 2008. Nessa condição, em junho de 2004, acompanhou os atos fúnebres do seu querido amigo Leonel Brizola. Como presidente do partido, lançou o adesivo “Brizola Vive”. “Estou trabalhando para o meu amigo”, comentou na época.

Nas eleições de 2006, orientou o PDT para votar em Yeda Crusius, do PSDB. Ela acenava com um governo democrático, que seria conduzido por uma espécie de conselho multipartidário. Matheus, de novo, teve esperança. Mas três meses depois da instalação do Governo Yeda Crusius, em abril de 2007, desiludido com a política adotada pelo executivo estadual, conduziu o partido para a saída do governo.

Em 2008, Matheus construiu a aliança PMDB/PDT/PTB que disputaria a prefeitura do Porto Alegre. Essa aliança elegeu prefeito José Fogaça (PMDB) e vice-prefeito José Fortunati (PDT).

No final de março de 2010, Matheus andava feliz, realizado. Ele acabara de articular a aliança PMDB/PDT que vai disputar o governo do estado em outubro deste ano. Para a disputa, José Fogaça se descompatibilizou do mandato de prefeito e José Fortunati passou a ser o titular. O PDT estava novamente no comando do município.

Em conversa na Sede Regional do Partido, na sexta-feira, 26 de março, Matheus comentou: “Agora eu posso dormir em paz, porque o PDT tomou o rumo do qual nunca deveria ter se desviado”.

Ele se referia ao fato de os dois partidos terem origem comum no velho PTB de Getúlio Vargas. Tanto que, durante a ditadura, os dois faziam parte do MDB. Sedimentar a aliança PDT-PMDB foi o seu último ato partidário.

Essas foram algumas das aventuras de Matheus Schmidt nesses trinta anos de fundação do PDT, já que ele nos deixou em 27 de março de 2010.

Vale ressaltar, ainda, que o seu bom humor ficará gravado para sempre na memória de todos que o conheceram, como demonstra um episódio que ocorreu em 2008. Durante uma dessas reuniões tumultuadas do partido, um militante pediu a palavra e disse que era um absurdo o PDT ser presidido por um velho. E foi aí que ele saiu com este versinho:

“Não sou velho porque quero
Nem fui jovem porque quis
Velho, novo, pouco importa
O importante é o que eu fiz
E por isso sou feliz!”

Arrancou aplausos da platéia. Merecidos. Ele foi um vencedor. (in memoriam). ■



MANOEL DIAS, UMA VIDA DEDICADA AO TRABALHISMO

Não dá pra contar a história do PDT sem contar a de um dos seus mais importantes personagens: Manoel Dias.

O “Maneca”, como é carinhosamente chamado pelos amigos e companheiros do partido, entregou-se com afinco e paixão militante a cada um desses anos

que agora perfazem trinta. Por conta disso, construiu uma trajetória de credibilidade e respeito que alcança não só cada recanto do País como também várias organizações políticas pelo mundo. Basta ver que, recentemente, Manoel costurou um grande acordo entre o PDT e a República da China.

MANOEL DIAS
respeito e credibilidade
na política

E se esta celebração dos trinta anos do partido é motivo de orgulho para todos, é também unânime o reconhecimento de cada um de nós, pedetistas, ao protagonismo que Manoel Dias exerce, cotidianamente, na lida partidária para que chegássemos a este momento com a certeza de que nunca arredamos nem um milímetro dos princípios que originaram o nosso partido.

Seguidor de João Goulart, companheiro fiel de Leonel Brizola, discípulo e amigo de Doutel de Andrade, Maneca foi forjado em uma geração heroica de trabalhistas que deu alicerces ao pensamento pedetista até os dias de hoje.

Manoel Dias foi líder estudantil até começar a disputar eleições. Teve por duas vezes seu mandato tomado: a primeira em 1964, quando foi vereador seu nome já constava da primeira listagem de cassações com base no Ato Institucional nº 1 (AI 1) e, em 1969, exercendo o mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, foi novamente cassado, desta vez pelo AI5. Teve seus direitos políticos cassados por dez anos.

A partir daí, Manoel tem se dedicado de modo incansável à construção partidária. À frente da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, idealizou a Universidade Aberta Leonel Brizola que, por meio de sua TV - via satélite ou pela internet - educa e promove a formação política de centenas de pessoas em todo o Brasil.

Outra preocupação de Maneca é a organização partidária, na função de secretário geral do PDT ele percorre, com disposição, todos os recantos do País, semeando os ideais trabalhistas.

Mas a menina dos olhos são os Núcleos de Base, célula de organização da daqueles que se identificam com o PDT.

Santa Catarina não poderia estar melhor representada na política do que com Manoel Dias. Lá, ele exerce a função de presidente regional do partido. No restante do Brasil, ele é o nosso mais jovem e entusiasmado militante.

E em cada discurso, quando se fala dos rumos do País, é possível encontrar o mesmo brilho no olhar dos tempos de grêmio estudantil. ■

PDT REALIZA ACORDO COM PARTIDO COMUNISTA CHINÊS

O Partido Comunista da China (PCCH) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) assinaram convênio no dia 24/5/2010, com o objetivo de promover intercâmbio cultural e político entre os dois países.

O acordo visando à cooperação técnica nos campos de pesquisa, economia, educação e sociedade foi celebrado em ato solene na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a presença de representantes da Escola do Comitê Central do Partido Comunista Chinês e a Fundação Leonel Brizola.

O vice-reitor da Escola Central do PCCH, Shi Taifeng, e comitiva, composta por professores, foram recepcionados pelo Secretário Nacional e Presidente da Fundação Leonel Brizola, Manoel Dias e pelos deputados estaduais Dagoimar Carneiro (PDT) e Sargento Amauri Soares (PDT). Militantes da Juventude Socialista, Ação da Mulher Trabalhista (AMT), partidários e dirigentes regionais acompanharam o evento que lotou o plenarinho da ALESC.

De acordo com Manoel Dias, que também acumula a presidência do PDT catarinense, “o partido saiu na frente”. Ele salientou que se trata de uma iniciativa inédita no País, tendo um partido político como idealizador da proposta. Segundo Dias, o PDT é o primeiro partido da América Latina a buscar aproximação com os chineses nos campos da formação política e cultural.

Na ocasião, o Vice Reitor, Sr. Shi Taifeng, agradeceu o convite do secretário nacional frisando que era a primeira vez que visitava o Brasil e que Florianópolis marcará sua memória como uma das mais belas cidades visitadas por ele.

Ao final, presentes e publicações regionais valorizando a cultura dos dois países foram trocados entre os membros da comitiva e a direção estadual do PDT catarinense. No final do dia, a delegação seguiu para Brasília para cumprir agenda com o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

• Termo de cooperação: FLB-AP/ ECCPCCH

1. Intercâmbios de missões: contemplará delegações de seis pessoas, anualmente, objetivando, especificamente, o desenvolvimento de pesquisas em áreas do conhecimento de interesse comum.
2. Realização conjunta de seminários no território das Partes Contratantes, alternadamente, sobre temas de interesse comum.

3. Cooperação e o desenvolvimento de pesquisas sobre problemas estratégicos nas áreas: economia, sociedade e política.
4. Troca de informações e experiências na formação política dos respectivos quadros, bem como resultados de pesquisas naquelas áreas elencadas como de interesse comum.
5. Edição bilíngue de livros e periódicos contemplando as pesquisas naquelas áreas de interesse comum. ■



MANOEL DIAS E SHI TAI FENG
durante acordo
realizado com o
partido comunista
chinês



“NESSAS ELEIÇÕES O PDT DOBRARÁ DE TAMANHO”

Para esta primeira edição entrevistamos Manoel Dias, presidente da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini que resgata alguns momentos marcantes do PDT nesses trinta anos e anuncia quais são os planos para a continuidade do seu projeto histórico.

BRAVA GENTE: O que mais lhe marcou nestes trinta anos de PDT?

MANOEL DIAS: Foram inúmeras passagens marcantes, mas destaco três. Um fato dramático foi em 1979, quando soubemos da decisão do TSE, sobre a perda da sigla PTB. Estávamos em vigília na porta do Tribunal, quando recebemos a notícia. Seguimos todas as regras da legislação e ao primeiro que apresentasse o pedido, a sigla seria concedida. O Tribunal, por meio do Ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, pelas portas do fundo, aceitou o protocolo de pedido da sigla requerida por Ivete Vargas.

Outro momento marcante foi a campanha do companheiro Brizola em 1989, uma campanha memorável. Ele recebia muito apoio. Em Santa Catarina especialmente, nós tivemos os comícios mais vibrantes.

Outro momento tenso foi a campanha para governador em 1982. A legislação era arbitrária e nos exigia candidaturas próprias em nove Estados e, em cada Estado, o mínimo de vinte cidades com candidatos a prefeitos. Nós tínhamos a conta daquele número mínimo de candidatos exigido. Então era uma tensão permanente, qualquer desistência, qualquer renúncia implicava a perda de toda a votação recebida pelo partido nacionalmente. Se uma pessoa em um estado desistisse, a vitória de Brizola seria nula. Então, quando alguns candidatos descobriam que a candidatura deles implicava anular toda a eleição nacional, tentaram todo tipo de chantagem. Assim, como os outros partidos adversários, sabendo dessa fragilidade, também tentavam fazer de tudo. Isso exigia um controle muito grande das direções nacional e estadual, para que não ocorresse qualquer contratempo nas candidaturas.

BRAVA GENTE: O que representa esta celebração dos trinta anos do PDT?

MANOEL DIAS: É um momento de orgulho cívico. Nossa história nos projeta para o futuro. Estamos completamente vinculados aos grandes feitos nacionais. O Trabalho foi o pensamento político que contribuiu de maneira decisiva na construção do Brasil moderno e industrializado e isso nos obriga a ter uma postura voltada para, cada vez mais, ampliar a nossa ação partidária na organização da sociedade para a continuidade dessas lutas.

BRAVA GENTE: Quais são as perspectivas do PDT para este ano eleitoral?

MANOEL DIAS: Vamos dobrar de tamanho. O PDT vive um dos melhores momentos da sua história. A ausência física de Brizola nos impele a multiplicar os nossos esforços no sentido de não diminuir a intensidade nas atividades de planejamento e organização de ações partidárias. Vamos promover uma grande mobilização nacional para nos preparar para as eleições deste ano. Foram fixadas metas e prazos no que diz respeito à organização partidária para dobrar a bancada federal. Na esfera partidária, criamos a Universidade Leonel Brizola e realizamos um esforço muito grande para a implantação dos Núcleos de Base. A realização, em abril de 2008, do 4º Congresso Nacional do PDT foi um marco dessa nova fase do Partido.

BRAVA GENTE: Como tem sido a atuação da bancada do PDT no Parlamento?

MANOEL DIAS: A nossa bancada numa posição unitária tem colaborado para consolidação dos nossos compromissos com a pauta trabalhista em discussão no Congresso Nacional, multiplicando para todos os estados as nossas posições.

“É UM MOMENTO DE ORGULHO CÍVICO. NOSSA HISTÓRIA NOS PROJETA PARA O FUTURO. ESTAMOS COMPLETAMENTE VINCULADOS AOS GRANDES FEITOS NACIONAIS.”

BRAVA GENTE: O que mais merece destaque?

MANOEL DIAS: Sem dúvida, a atuação do nosso presidente nacional Carlos Lupi, na função de Ministro do Trabalho e Emprego, graças a sua ação vibrante, competente e comprometida na defesa do interesse dos trabalhadores, foi fundamental na reaproximação das lideranças organizadas em sindicatos de todo o Brasil.

BRAVA GENTE: Quais são os próximos planos de gestão do partido?

MANOEL DIAS: Temos o desafio de atualizarmos a administração do partido à nova realidade da internet. Para isso, pretendemos dispor de ferramentas virtuais e impressas capazes de auxiliar o PDT na organização interna, captação de recursos, mobilização, formação política e comunicação.

Teremos um novo portal capaz de organizar e mobilizar nossa militância, nos comunicaremos por email com os filiados, retomaremos a edição de um jornal nacional do PDT. Prova desse esforço foi a edição da revista da FLB-AP Brava Gente, que tem por finalidade a formação política e o debate sobre os grandes temas nacionais. ■

MANOEL DIAS de megafone em punho, discursa para a juventude no 4º Congresso do PDT



JUVENTUDE PDT
 “É pra lutar, é pra
 vencer, é juventude
 socialista PDT”.



Arquivo PDT

PDT: O PARTIDO DA OPORTUNIDADE PARA A JUVENTUDE

POR LUIZINHO MARTINS

Presidente Nacional da JS-PDT

O destino me deu a honra de presidir nacionalmente, nesse momento histórico em que o partido completa 30 anos, a Juventude dos Trabalhistas, dos Socialistas e dos Brizolistas: a JSPDT.

Afirmo, que não existe, no Brasil, partido mais comprometido com o futuro das crianças e dos jovens do que o PDT. E o compromisso de garantir um futuro digno àqueles que representam o futuro do País está registrado na Carta de Lis-

boa, de 1979, primeiro documento de reorganização do trabalhismo após o golpe militar: “salvar milhões de crianças abandonadas e famintas, que estão sendo condenadas à delinquência; bem como o meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam os dezoito anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria.”

Mais tarde, já criado, o PDT reafirmou no seu Estatuto que a educação é a “causa de salvação nacional, prioridade

das prioridades - alimentar, acolher e assistir a todas as crianças do País, desde o ventre materno; educá-las e escolarizá-las em tempo integral, sem qualquer tipo de discriminação”.

Mas não foi só em seus documentos que o PDT demonstrou esse compromisso, mas sobretudo na prática, quando Leonel Brizola deu corpo e vida aos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Ou, ainda, em seus pronunciamentos.

“Salvar milhões de crianças abandonadas e famintas, que estão sendo condenadas à delinquência; bem como o meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam os dezoito anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria.”

Trecho da Carta de Lisboa

E agora, diante da celebração dos 30 anos, questiono: Existe alguma declaração de amor aos nossos jovens e às nossas crianças mais contundente do que a concepção e implantação dos CIEPs?

Existe alguma afirmação de compromisso mais relevante e significativo com o futuro das novas gerações do que destinar mais de 50% do orçamento de um governo para educação, como fez Brizola?

Ou ainda, em qual partido se fala tanto em educação e há tanto tempo, como no nosso? É só ler Darcy. É só ouvir Cristovam.

É por isso que o PDT é o partido da juventude brasileira.

Para nós, o que o jovem precisa é de oportunidade. Foi isso que significou para milhares de jovens a experiência da educação integral, que agora todos falam e recomendam, e que nosso partido, desde a sua criação, sempre defendeu e realizou.

Essa identificação do PDT com a juventude foi o que transformou minha indignação e inconformismo juvenil em atitude. O sentimento que me fez empunhar, pela primeira vez, a bandeira do PDT, em 1998, quando me filiei e iniciei minha caminhada, em Carazinho, minha querida cidade natal e onde nasceu Leonel Brizola.

Durante esses anos, aprendi que muitos jovens, assim como eu, podem ajudar a construir um futuro melhor para todos.

E para que isso aconteça, basta que nos abram uma porta. Que confiem em nossa vontade e disposição.

O PDT confia. O PDT valoriza sua juventude.

Como afirma nosso presidente nacional, Carlos Lupi: “quanto houver uma criança na rua desamparada e sem perspectiva de futuro, o PDT continuará existindo.”

É com esse sentimento de entusiasmo e fé no Brasil que convido todos os jovens, assim como um dia também fui convidado, a caminhar conosco.

Vamos construir juntos os próximos trinta anos do PDT e do Brasil! ■

Basta rever os discursos do nosso saudoso líder, ao conclamar a juventude brasileira a “tomar o destino do País em suas próprias mãos”, ou, ainda, quando dizia: “direitos iguais para todos, privilégios, só para as crianças.”

Luizinho Martins • perfil

Gaúcho de Carazinho, Luiz Martins, o “Luizinho” foi presidente da União Carazinhense de Estudantes - UCE, Carazinho/RS - 1999 para, em seguida, ser eleito vice-presidente da União Gaúcha dos Estudantes - UGES. 2000/2001. Foi também presidente da Juventude Socialista de Porto Alegre - 2003-2005. Luizinho desenvolve ainda trabalho voluntário na Fundação Thiago de Moraes Gonzaga, dedicada à prevenção de acidentes de trânsito. Foi também secretário executivo da Associação Gaúcha Municipalista - AGM. Atualmente, Luizinho é presidente nacional da Juventude Socialista do PDT, em seu segundo mandato consecutivo e membro da Direção Nacional do PDT ocupando o cargo de Secretário Nacional de Nucleação.



Arquivo PDT



JUVENTUDE LANÇA CAMPANHA NACIONAL PELO **VOTO LIMPO**

Não podemos lavar as mãos. Com este alerta, a Juventude Socialista do PDT lançou, em maio de 2010, a campanha nacional pelo Voto Limpo. Exatamente um dia antes da aprovação, pelo Senado, do Projeto Ficha Limpa. A antecipação não foi mera coincidência. De acordo com o presidente nacional, Luizinho Martins, “a Juventude tem a obrigação de ser vanguarda e a vanguarda agora é cobrar mais do que a ficha limpa dos candidatos”.

O Voto Limpo traz um conceito mais ousado que o Ficha Limpa: de que mais do que cobrar bons antecedentes,

o eleitor deve cobrar um mandato positivo e comprometido com a gestão pública ética e popular. “Temos de conscientizar a sociedade de que a ficha limpa é um pré-requisito importante, mas que é necessário, também, avaliar a conduta ética do candidato, suas propostas e seu conhecimento”, afirmou Luizinho.

E o PDT, em seus trinta anos de existência, nunca esteve envolvido em escândalos de corrupção. Vale lembrar que o PDT do DF foi o primeiro partido a aderir à Ficha Limpa.

O objetivo da campanha é instigar o eleitor a repensar o valor e a qualidade

do seu voto com o alerta de que voto não é mercadoria que se vende em troca de favores, dinheiro ou outros benefícios.

A Voto Limpo quer limpar a política. A campanha será nacional, com distribuição de cartazes, adesivos e camisetas, além da realização de debates e seminários em universidades, escolas e entidades.

Faça parte dessa campanha. ■

Informações na página www.jspdt.org e www.jspdtbrasil.ning.com ou pelos telefones 21 2232-0121 ou 21 7675-5561

PRA ACABAR COM A SUJEIRA, SE O ASSUNTO É ELEIÇÃO, NÃO PODEMOS LAVAR AS MÃOS

CAMPANHA PELO

VOTO LIMPO

**O Voto Limpo não se vende.
Não se compra. Não se negocia.**

A juventude quer mais que Ficha Limpa. Aliás, quem tem ficha é bandido. Candidato deve ter boas ideias, propostas e ética na política. Quem quer ser representante popular tem que ser limpo e isso é o mínimo. Quem escolhe o Voto Limpo exige muito mais do que a ficha do seu candidato. Exige compromisso. Nessas eleições, vote limpo e não deixe que os maus candidatos façam na vida pública o que fazem na privada.



ENCONTRO SINDICAL
PDT sempre próximo da luta
dos trabalhadores

BANDEIRA: Fundamental para a consolidação do Movimento Sindical do PDT

Fundador do PDT, FERNANDO BANDEIRA foi deputado estadual por duas legislaturas (1983/1991). Sua atuação parlamentar na Constituinte de 1989 mereceu nota 10 do Plenário Popular. Foi vice-líder do PDT na ALERJ. Autor de várias leis, em benefício dos servidores e trabalhadores. Iniciou a sua militância política em 1964, quando participou aos 18 anos da rebelião dos marinheiros, tendo sido preso, cassado e expulso da Marinha pela ditadura militar. É sindicalista dos mais atuantes. Como instrutor de vigilantes, abraçou a causa desses trabalhadores, fundando associações (1976), depois transformadas em sindicatos em onze regiões do Estado. Preside o sindicato e a federação da categoria, hoje respeitada em todo Brasil. Organizou, como Inspetor concursado, o Sindicato dos Policiais Civis (1993), categoria completamente marginalizada pelo atual governo e que tem nessa entidade a sua esperança. Fundou sindicatos de trabalhadores de outras categorias e filiando os sindicalistas ao PDT. BANDEIRA colaborou na organização do Diretório Municipal do PDT do Rio de Janeiro, onde exerceu a vice-presidência por duas gestões. Nos últimos dez anos, dedicou-se integralmente na reorganização do Movimento Sindical do PDT, tendo sido eleito seu Presidente Nacional em março de 2004, no 1º Congresso Nacional. Evento que contou com a presença do saudoso governador Leonel Brizola. Na luta contra a reforma sindical e trabalhista no primeiro governo Lula, colaborou na organização e fundação da Nova Central Sindical de Trabalhadores no ano de 2005, sendo atualmente diretor de assuntos parlamentares.

PDT E SINDICALISTAS NA MESMA TRINCHEIRA

Com o estreitamento das relações entre o pluralista Partido Democrático Trabalhista - PDT - e representantes do movimento sindical brasileiro, particularmente a Força Sindical, o crescimento e o fortalecimento do Partido e do movimento sindical em si tornaram-se inquestionáveis. O PDT, defensor histórico do trabalhismo traz, para suas trincheiras, dirigentes preparados e que não medem esforços quando o que está em jogo são os direitos dos

trabalhadores. E o movimento sindical ganha em consistência política, uma vez que nos quadros do Partido se encontram as vozes mais expressivas na defesa da classe trabalhadora.

Com a confirmação, nas eleições passadas, do nome de Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, presidente da Central e do PDT Estadual-SP, como um dos deputados federais mais votados do Estado e do Brasil, uma nova era estava por começar. Sua atuação no Congresso

Nacional, suas conquistas e capacidade de articulação política - sempre em defesa do emprego e dos trabalhadores - lhe valeram, por dois anos consecutivos, segundo o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o reconhecimento como um dos "cabeças" do Congresso Nacional.

Foi o deputado Paulinho da Força o articulador da legalização das Centrais Sindicais, assim como partiu dele a iniciativa para que as mesmas passassem a

atuar em conjunto na defesa dos direitos trabalhistas e nas grandes lutas em âmbito nacional. Sua luta pela redução da jornada para 40 horas semanais, que já deu resultado em inúmeras fábricas e foi aprovada na Câmara e aguarda votação no Senado. O acordo para o aumento do salário mínimo até 2023 é outra iniciativa do deputado, assim como o aumento de 7,71% sobre as aposentadorias superiores a um salário mínimo, o aumento das parcelas do seguro-desemprego e o veto à Emenda 3, que acabava com direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos, além de outras importantes conquistas para os trabalhadores.

Juntos, PDT e movimento sindical representam um "Basta!" à predominância da doutrina neoliberal, o fortalecimento da classe trabalhadora e o nosso comprometimento com os legados de João Goulart e Leonel Brizola. ■



ENCONTRO SINDICAL
pluralismo e presença maciça
marcaram o encontro



A LUTA DO NEGRO E OS 30 ANOS DO PDT

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.” Nelson Mandela

POR IVALDO ANANIAS MACHADO DA PAIXÃO

Presidente da Secretaria Nacional do Movimento Negro do PDT

Nosso PDT tem história e tradição na luta contra o racismo e a discriminação sofridos pela população afro-descendente. Mesmo antes da sua criação, através de um dos seus principais documentos, a Carta de Lisboa e seus signatários reconheceram, no negro escravizado, o primeiro trabalhador espoliado no Brasil, bem como sua valiosa contribuição na construção desta nação, sendo por mais de três séculos e meio o propulsor da economia e das riquezas brasileiras. O vanguardismo e comprometimento do PDT com a questão racial é explicitado em seu estatuto: “O quarto compromisso programático do PDT é com a causa da população negra, como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional. Este compromisso concretizaremos no combate à discriminação social em todos os campos, em especial no da educação e da cultura e nas relações sociais e de trabalho. A democracia e a justiça só se realizarão, plenamente, quando forem erradicados

de nossa sociedade todos os preconceitos raciais, e forem abertas amplas oportunidades de acesso a todos, independentemente da cor e da situação de pobreza”.

Ao longo de trinta anos, o PDT, no poder executivo, legislativo e também no âmbito interno, ratificou seu compromisso através de ações práticas como citaremos algumas:

- Lei Estadual 1.814 de 24/04/1991, que estabelece sanções de natureza administrativa, aplicadas a qualquer tipo de discriminação em razão de etnia, raça, cor, crença religiosa ou ser portador de deficiência - Governo Brizola - Rio de Janeiro;
- Decreto nº 6.627/1983, que instituiu no estado, o dia 21 de março como o “Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial”, de acordo com a ONU. Governo Brizola - Rio de Janeiro;
- Instituição legal da quinzena da cultura afro-brasileira - Governo Brizola - Rio de Janeiro;
- Criação da 1ª Secretaria de Defesa e

Promoção das Populações Afro-Brasileiras - Seafro (1991-1994) - Governo Brizola - Rio de Janeiro;

- Nomeação de três negros para seu secretariado - Dra. Edialede Salgado do Nascimento, Secretária de Promoção Social; Jornalista Carlos Alberto de Oliveira, Secretário de Trabalho e o Cel. PM. Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Secretário de Polícia Militar-1983- Governo Brizola Rio de Janeiro;
- Nomeação pela 1ª vez no Brasil de uma mulher negra - Dra. Edialede Salgado Nascimento, como Secretária de Estado- 1983 - Governo Brizola - Rio de Janeiro;
- Criação de Centros Integrados de Educação Pública - Governo Brizola - Rio de Janeiro;
- Construção do Monumento a Zumbi dos Palmares - Projeto Lei de autoria do deputado José Miguel - Governo Brizola - Rio de Janeiro;
- Criação da comissão de defesa do negro no Conselho Estadual de Segurança e Direitos Humanos da Secre-

taria Estadual de Justiça - Governo Brizola - Rio de Janeiro;

- Eleição de dois governadores negros: Alceu Collares-RS e Albuíno Azevedo-ES.
- Lei nº 1.331/83 e Lei nº 75/97, na Câmara e Senado, respectivamente, primeira lei que propõe ação compensatória no País - autoria Abdias Nascimento;
- Titularização das terras do quilombo Campinho da Independência-RJ;
- Lei nº 7716/89 Lei Caó do dep. Carlos Alberto de Oliveira, que pune crime resultante de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- Eleição de Abdias Nascimento para o Senado na chapa de Darcy Ribeiro e Doutel de Andrade;
- Criação da Comissão Nacional de Combate à Discriminação no Trabalho - MTE;
- Planseq para afro-descendentes - MTE;
- Aprovação do PDT por ocasião de sua 3ª Convenção em 19/03/1989 da moção apresentada por Leonel Brizola: “Assim proponho: que seja estabelecida uma participação de, no mínimo, 50% - distribuída entre mulheres, negros, sindicalistas e jovens - nas administrações do PDT em nível federal, estadual e municipal, nos órgãos de direção do partido e nas listas de candidatos a cargos eletivos”;
- Criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT - Abdias Nascimento e outros militantes;

“O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos.”

Trecho da Carta de Lisboa

- Criação da Secretaria Nacional do Movimento Negro do PDT por ocasião do seu 3º Congresso.

influência e ajuda de grandes brasileiros como: Abdias Nascimento, a saudosa Dra. Edialede Salgado do Nascimento, Sebastião Rodrigues Alves, José Miguel, Hemetério dos Santos, Jesus Nascimento, Manoel Lopes Nascimento, Nerides Bonfim, Nídia das Dores Pinto, Olímpio Marques dos Santos, Wanderley de Souza, Leila Gonzales, Maria Christina Ramos, Maria Alice Santos, João Francisco dos Santos, Airton de Oliveira, Adélia Azevedo dos Santos, Lia Vieira, Marileia Santiago, Sandro dos Santos Correia, Carlos Alberto Oliveira, Odette Carvalho, Osvaldo Cândido, Marco Antônio Marques, Aurélio Augusto, Renilda Nascimento e Maria José Lopes da Silva dentre outros bravos companheiros.

É ainda digno de registro o apoio, incentivo, aconselhamento e comprometimento com nosso movimento em todo esse processo, do presidente licenciado do PDT - Ministro Carlos Lupi e do Secretário Geral Dr. Manoel Dias, principalmente após as perdas do nosso líder maior Leonel Brizola e da inesquecível companheira Edialede Salgado do Nascimento. ■

O QUARTO COMPROMISSO PROGRAMÁTICO DO PDT É COM A CAUSA DA POPULAÇÃO NEGRA, COMO PARTE FUNDAMENTAL DA LUTA PELA DEMOCRACIA, PELA JUSTIÇA SOCIAL E A VERDADEIRA UNIDADE NACIONAL

Existe a convicção de que essas conquistas deveriam-se à sensibilidade, ao humanismo, comprometimento e engajamento do estadista Leonel Brizola e da



Arquivo PDT

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER

POR MIGUELINA VECCHIO

Presidente Nacional da Ação da Mulher Trabalhista
Vice-Presidente da Internacional Socialista de Mulheres América Latina Sul

Ação da Mulher Trabalhista - AMT, órgão que congrega as mulheres do Partido Democrático Trabalhista, vem ao longo dos anos trabalhando para a efetivação de um novo modo de construir a sociedade de nossos sonhos. A igualdade que tanto almejamos não acontecerá sem o nosso engajamento nos movimentos sociais. Um órgão que não se capitaliza na sociedade e só é forte dentro do Partido não tem razão de existir.

É necessário que seja desconstruído o modo de ver a participação das mulheres nos espaços de poder: primeiro, porque a frase "Mulher tem que votar em mulher" do ponto de vista de nossa entidade não é a que queremos, ela simplifica muito as nossas necessidades, cria a expectativa que todas nos representam e elimina a visão de classe que nós, ideologicamente, defendemos. Somos diferentes umas das outras, mas diferença não pressupõe desigualdade.

Ao longo dos últimos 20 anos, muitas mulheres de nosso partido foram fundamentais para várias conquistas que a maioria da população obteve, ainda que a história não lhes faça justiça. É verdade que as conquistas como o voto, tão importante à construção da cidadania plena, ou a Pílula, que reconhece a mulher, seus direitos reprodutivos e, efetiva o acesso ao planejamento familiar eram necessários, mas temos que continuar lutando para que efetive a descriminalização do aborto, pois só as mulheres pobres serão banidas por sua prática, já que as com melhores condições podem fazê-lo sem necessidade do aparato estatal. A saúde integral é uma luta de todos nós e o aborto não é uma questão de polícia e sim de saúde pública.

A educação é fundamental para essa mudança de visão de mundo, reforçar a sexualização de papéis no interior da casa

em nada contribui para a mudança de comportamento social: Quem educa são os pais, a escola dá conteúdo e sociabiliza.

A legislação brasileira, em relação aos demais países, tem avançado: hoje não se mata mais mulheres em nome da "honra".

A violência é tratada com mais rigor após a lei Maria da Penha, ainda não é ideal, mas avançou. Houve um reconhecimento da família monoparental, 34% de lares são chefiados por mulheres.

Quando nosso partido reforça a importância da escola de turno integral sonhada e efetivada por nosso líder Leonel Brizola, já foi concebida por seu olhar generoso, visto que esta escola prioriza a mulher, seu filho será atendido e protegido, possibilitando a ela ingressar no mercado de trabalho, afasta a possibilidade de drogadição, diminui muito a gestação precoce, elimina o trabalho infantil, e isso, diretamente, atende aos anseios das mulheres.

Unidas hoje pelo nosso V Congresso Nacional, que ocorreu de 27 a 29 de maio

em Belo Horizonte, nos remeteu a uma nova e necessária discussão: o racial, a lesbofobia e homofobia.

O sonho de ser classe dominante tem de ser desconstruído. Não queremos deixar de ser dominados e passarmos a ser os dominadores, queremos ter direitos e deveres. A Ação da Mulher Trabalhista já trabalha com essa eliminação, criando a vice-presidência GLBT para nos instrumentalizar junto às nossas companheiras lésbicas que políticas públicas devemos defender com este foco.

Nossa entidade tem trabalhado em parceria com os movimentos sociais, estamos inseridas nos conselhos de direitos das mulheres, dos idosos, das populações afrodescendentes, dos conselhos de educação e de saúde; nas associações de moradores, sindicatos, e para nós é fundamental essa diversidade de atração, porque ela dá a conhecer nossa visão sobre as diferenças e papéis sociais que queremos defender.

Temos lado, e isso tem suas consequências, defendemos os trabalhadores, as mulheres idosas, lésbicas, as populações negras, indígenas, rechaçamos os estereótipos, combatemos a ignorância e lutamos por uma sociedade livre, justa e seus preconceitos. ■



Arquivo PDT

AMT REALIZA V CONGRESSO NACIONAL

Evento possibilitou um diálogo entre mulheres pededistas de todo o País

Nos dias 27, 28 e 29 de maio foi realizado o V Congresso Nacional da Ação da Mulher Trabalhista - AMT na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O Congresso reuniu cerca de 1.500 mulheres de todo o País para discutir e apontar novas soluções para temáticas de gênero. Em três dias foram debatidos temas como "Saúde, direitos reprodutivos e combate à violência contra a mulher", "Diversidade - Construindo o respeito às diferenças", entre outros.

O congresso foi um sucesso. Com 1.283 mulheres credenciadas, o congresso foi o maior já realizado pela AMT. O evento demonstrou que as mulheres trabalhistas estão organizadas e querem aumentar sua participação na política. Embaladas pelas palavras de ordem da companheira Sirley Soalheiro (Presidente Estadual da AMT-MG), anfitriã do evento, as mulheres receberam diversas personalidades políticas nacionais e internacionais. Entre elas, Luiza Vicioso (Embaixadora da República Dominicana), Margaritta Zapatta (Vice-presidente da Internacional Socialista), Marlene Haas (Secretária Geral da ISM - Internacional Socialista de Mulheres) e a ex-Ministra

e pré-candidata à Presidência da República Dilma Rousseff.

No primeiro dia de congresso, uma grande marcha foi realizada, trazendo o PDT e a AMT para a rua. A população saudava a passeata formada por cerca de 1.500 mulheres de todo o País. Com muita animação, as mulheres caminharam da Praça da Liberdade à Praça 7 gritando palavras de ordem e chamando a atenção para temas de gênero, como a violência contra a mulher, por exemplo.

CAPACITAR E DEFENDER, QUEREMOS MAIS MULHERES NO PODER

Uma das ilustres convidadas foi a ex-ministra Dilma Rousseff. Ela foi uma das palestrantes na mesa "Empoderamento da Mulher e as eleições 2010". Recebida com muita alegria, Dilma se reencontrou com antigas companheiras de Partido. Quando era do PDT, Dilma participou da Ação da Mulher Trabalhista e fundou a AMT do Rio

Grande do Sul. Entre diversos temas abordados, em sua fala a companheira Dilma ressaltou a importância de combater o preconceito: "O Brasil é um País comprometido com a democracia. E democracia no sentido mais profundo é, sem sombra de dúvida, o fim da discriminação, desigualdade e opressão que pairam sobre as mulheres."

Além de Dilma a Presidenta Nacional da AMT, Miguelina Vecchio discursou sobre a importância de as mulheres ocuparem os espaços de poder. "Não votamos em mulheres pelo simples fato de serem mulheres. E nem votamos em qualquer mulher. Votamos em mulheres comprometidas com a nossa luta, mulheres capacitadas, preparadas e que muito trabalham."

O V Congresso Nacional terminou com a eleição da nova Executiva Nacional da AMT. A Presidenta reeleita foi Miguelina Vecchio que, em seu discurso de posse, ressaltou que as mulheres não terão medo de enfrentar as barreiras e preconceitos que ainda afligem grande parte da população feminina e que a luta pela igualdade, apesar de árdua, será vencida com muita alegria e garra.

Veja o vídeo com a cobertura do evento: http://www.youtube.com/watch?v=liN18qFb_mw ■

APOSENTADOS



Agência Brasil

APOSENTADOS: A LUTA DO MAPI

POR MARIA JOSÉ LATGÉ
Presidente do MAPI

O MAPI - Movimento de Aposentados, Pensionistas e Idosos do PDT, é um movimento nacional, criado em 2003, com maior atuação no Rio de Janeiro. Luta pelo aumento dos proventos de milhares de aposentados que recebem o insuficiente para suas despesas básicas. Teve grande atuação nas votações

pelo fim do fator previdenciário e reajuste dos aposentados. O MAPI é um braço do PDT aberto para todas as causas partidárias. Palestras e congressos pelo interior do Brasil fazem parte de seu trabalho, para esclarecer e alertar a população da melhor idade sobre seus direitos. ■



Arquivo PDT

PDT NO PARLAMENTO: COMPROMISSO COM O TRABALHISMO

POR GAL LEAL

O trabalhismo, a educação, a soberania nacional, a previdência e a assistência social. Estas têm sido as principais bandeiras de luta dos parlamentares do PDT no Congresso Nacional. Bandeiras que foram erguidas por Getúlio Vargas, João Goulart, Darcy Ribeiro e por Leonel Brizola, e representam a essência do Partido Democrático Trabalhista.

Para defender esses ideais, o Partido conta com a representação de homens e mulheres comprometidos com as causas trabalhistas, os interesses nacionais e o desenvolvimento do País. Uma bancada afinada com o discurso pedetista em sintonia com a Direção Nacional, e conduzida por líderes, eleitos a cada ano.

Um dos compromissos assumidos pelos pedetistas na Carta de Lisboa, documento histórico de reorganização do Partido é o de "lutar contra a brutal concentração da renda". E é com base

neste preceito que os parlamentares, mesmo sendo da base de apoio ao governo, não se intimidam, mantendo-se firmes em defesa dos trabalhadores brasileiros. O que se confirmou em decisões partidárias, com o fechamento de questão pelo fim do fator previdenciário e pela equiparação da recomposição das aposentadorias vinculada ao reajuste do salário mínimo e, ainda, condicionou o apoio do partido ao projeto de regulamentação da exploração do petróleo na camada pré-sal, se o texto do Executivo garantisse o monopólio da Petrobrás.

Assim, a legenda se posicionou e com a articulação de seus líderes - na Câmara e no Senado - se destacou na votação dessas e de outras matérias importantes como a licença maternidade de 180 dias e o projeto Ficha Limpa. Além do compromisso com o povo brasileiro, a bancada trabalhista no Congresso - formada por 23 deputados e 6 senadores - está

comprometida com a ética e moralização da política, e defende mais transparência na administração pública, lisura dos mandatos parlamentares e o combate à corrupção. Nessa linha transparente e democrática, os líderes do PDT orientam a bancada nas votações em Plenário.

Na Câmara, ao dar espaço para a participação de todos os deputados, a liderança do PDT imprimiu, também, sua marca democrática e colaborativa: a função do líder é compartilhada e revezada pelos deputados Dagoberto Nogueira (MS) e Brizola Neto (RJ). A decisão foi tomada em reunião da bancada federal e Executiva Nacional, que elegeu, em fevereiro de 2009, o deputado Brizola Neto o novo líder na Câmara até 31 de julho daquele ano, e, então, a partir de 1º de agosto assumiu a função o atual líder, Dagoberto Nogueira. O neto de Leonel Brizola reassume em julho próximo, até o final da legislatura.

Agora, conheça um pouco do trabalho dos parlamentares que compõem a bancada do PDT na Câmara e no Senado:

• Dagoberto Nogueira (MS)



Agência Câmara

O sul-matogrossense, deputado Dagoberto, teve papel decisivo para a aprovação de matérias importantes, como o reajuste dos aposentados. Para garantir a negociação com as centrais sindicais e o governo, o deputado mobilizou líderes da Câmara e do Senado, que em reuniões na própria liderança do PDT fecharam pela aprovação do índice de 7,7% de reajuste. Por sua articulação também conseguiu aprovar o requerimento de urgência para a votação do projeto Ficha Limpa. Comprometido com a pauta trabalhista, Dagoberto ainda defende a PEC 300, que define o piso salarial de policiais civis e militares e bombeiros e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. O esforço de Dagoberto é para que essas matérias sejam votadas antes das eleições.

• Brizola Neto (RJ)

Em seu primeiro mandato, o deputado Brizola Neto presidiu a comissão especial que analisou o projeto de criação da petro-sal, o primeiro dos projetos do pré-sal a ser aprovado, tendo participado ativamente da análise e aprovação dos outros projetos do marco regulatório do Pré-sal. O parlamentar foi o responsável pela inclusão do voto impresso simultâneo na urna eletrônica, como forma de garantir a segurança do voto. Defensor da democratização do sistema político, Brizola Neto tem ocupado, constantemente, a tribuna da Câmara e a internet para lutar pela legalidade no processo eleitoral. Como líder da bancada, ajudou a construir a pauta trabalhista, iniciativa das centrais sindicais e do conjunto de partidos identificados com os trabalhadores.



Arquivo PDT

• Vieira da Cunha (RS)



Agência Câmara

O deputado Vieira da Cunha, procurador de Justiça, licenciado para exercer o mandato de deputado federal, subscreveu a proposta de lei de iniciativa popular que institui a chamada "Ficha Limpa" para os candidatos nas eleições em todos os níveis. Vieira é autor do projeto de lei que cria o Programa de Combate ao Bullying em todo o território nacional. No exercício do seu primeiro mandato de deputado, Vieira da Cunha já presidiu a Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional e foi líder da bancada do PDT na Câmara. Atualmente, preside a importante Comissão de Seguridade Social e Família e coordena a Comissão Externa destinada a analisar a política sobre drogas no País. O deputado ainda ocupa a vice-presidência da Internacional Socialista (IS).

• Giovanni Queiroz (PA)



Agência Câmara

A criação do Estado de Carajás, por meio da realização de um plebiscito, previsto no projeto de autoria do deputado Giovanni Queiroz, tem sido a principal bandeira de luta do parlamentar. A divisão do Pará, segundo Giovanni, vai representar a emancipação das regiões Sul e Sudeste, que constituirão o novo Estado. Outra matéria em discussão no Congresso defendida pelo deputado é a revisão do Código Florestal, que desde 1995 é reivindicada pelo setor produtivo rural. Giovanni prestou também seu apoio incondicional ao reajuste dos aposentados e pensionistas, desde o início do movimento pela categoria.

• Dr. Mário Heringer (MG)

Coordenador da bancada mineira no Congresso e interlocutor junto ao governo federal para Orçamento e gestão, Mário Heringer mantém os ideais partidários, trabalhando pela aprovação de matérias importantes para o País, como a PEC dos Vereadores, o reajuste dos aposentados, o Projeto Ficha Limpa e o fim do Fator Previdenciário. A PEC 300, que institui um piso nacional provisório para policiais e bombeiros, é outra prioridade do deputado. Desde que ingressou na Casa, integra também a Frente Parlamentar de Defesa da Saúde, trabalhando para melhorar as condições de atendimento na rede hospitalar e o acesso da população à saúde.



Agência Câmara

• Paulo Rubem Santiago (PE)



Agência Câmara

O deputado pernambucano Paulo Rubem Santiago tem se destacado no Congresso Nacional pelo combate à corrupção. Em 2003, criou a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção e assinou, junto com outros 22 deputados, o Projeto Ficha Limpa, recentemente aprovado. Na CPI da Dívida Pública, por defender uma auditoria completa na dívida, não prevista no relatório da CPI, apresentou seu voto em separado ao Ministério Público. Além disso, o parlamentar

foi convidado para relatar os projetos do Sistema Nacional de Cultura e do Vale-Cultura. Dedicou-se ao combate à exploração do trabalho escravo infantil. E, pelo segundo ano consecutivo, assumiu a vice-liderança do Partido na Câmara.

• Wilson Picler (PR)



Professor e empresário na área educacional, o deputado Wilson Picler tem sua plataforma de trabalho focada na Educação. É membro da Comissão de Educação e Cultura e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional. Uma de suas preocupações é o aumento do número de investidores internacionais em escolas particulares no Brasil. Wilson Picler teme que, por trás das negociações, esteja o interesse em manipular o conteúdo didático. Ainda na linha de educação, o deputado defendeu a extinção gradual da incidência da DRU (Desvinculação de Receitas da União) sobre os recursos destinados à Educação. Picler exerce o seu primeiro mandato parlamentar, assumiu a vaga de titular em maio de 2009.

• Marcos Medrado (BA)

O radialista e administrador de empresas, Marcos Medrado, está no terceiro mandato de deputado federal. Na Câmara, é membro da Comissão de Constituição e Justiça e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Recentemente, apresentou uma proposta de emenda à Constituição dando garantia aos municípios de participação na arrecadação sobre a compensação financeira da produção de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos. Com esses recursos, os municípios poderão garantir o pagamento dos salários dos vereadores a partir de 2013 - a Emenda 58 aumentou o número de vereadores e reduziu os valores a serem repassados dos orçamentos municipais às Câmaras. Outra prioridade de seu mandato é a aprovação da PEC 300, que cria um piso nacional para os salários de policiais e bombeiros.



• Pompeo de Mattos (RS)



Agricultor, filho de assentados da reforma agrária e advogado, Pompeo de Mattos exerce terceiro mandato de deputado federal, sempre pelo PDT. Apresentou na Câmara mais de 250 projetos de lei e propostas de emenda à Constituição, como projetos, em tramitação da Câmara, que aumenta as penas de quem comete o crime de contrabando e regulamenta as

cooperativas de trabalho. O deputado é autor do projeto de lei, já sancionado, que institui o dia 25 de agosto como o "Dia da Legalidade" no calendário oficial brasileiro. Foi presidente estadual do partido, eleito pelo voto direto dos filiados. Atualmente, é pré-candidato a vice-governador do Rio Grande do Sul.

• Sebastião Bala Rocha (AP)



O deputado Bala Rocha é um dos quadros políticos de maior expressividade do Amapá. Ex-senador e deputado estadual, milita na Câmara, principalmente, nas áreas de educação, emprego e inclusão social. Tem participado ativamente das discussões para a construção de políticas afirmativas para a redução do aquecimento global, sendo inclusive autor do projeto que criou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Neste ano a Câmara instalou uma comissão especial para analisar sua proposta que transfere, para os quadros da União, os ex-servidores dos extintos territórios de Amapá, Rondônia e Roraima.

• Ademir Camilo (MG)

Hoje, uma das bandeiras defendidas pelo deputado Ademir Camilo é a aprovação de projeto de sua autoria, que define regras para intervenção federal em estados, no Distrito Federal e em municípios. Ademir também defende proposta de quem, por necessidade, recorre a um hospital de cidade próxima para o parto e se vê obrigado a registrar a criança no local de nascimento, possa ter o direito de ter o nome da cidade de origem declarada na certidão. Ainda é de autoria do deputado Ademir Camilo o projeto de lei que regulamenta o funcionamento das CPIs.



• Damião Feliciano (PB)



Desde que assumiu a coordenação da Frente Parlamentar da Saúde, o deputado Damião Feliciano vem lutando para aprovar o projeto que prevê a redução da jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e as parteiras. Damião defende, também, a aprovação do projeto que fixa o piso salarial dos médicos e dentistas. Um autêntico defensor da classe trabalhadora, pois também é de sua autoria o projeto que altera a redação da CLT, para a inclusão dos carteiros e bancários no grupo de atividades ou operações consideradas perigosas.

• Julião Amin (MA)

O deputado Julião Amin é um homem comprometido com as causas da parcela mais carente da população, principalmente dos pescadores do seu Estado. Suas emendas ao Orçamento da União e outras ações para o setor pesqueiro já apresentaram resultados práticos em capacitação e infraestrutura. Foi um dos mais entusiastas formadores, na Câmara, da Frente Parlamentar de Pesca e Aquicultura, da qual é secretário-adjunto. Sua atenção foi direcionada, também, para a expansão da telefonia móvel no Maranhão. Tendo o movimento sindical como berço político, Amin sempre atuou em defesa da classe trabalhadora.



• Fernando Chiarelli (SP)



Homem polêmico, o deputado Fernando Chiarelli focou sua luta no combate à corrupção - foram seis projetos nessa área, inclusive o que inverte o ônus da prova em processos de improbidade -, além da defesa incondicional de sua região e cidade Ribeirão Preto. Em seu primeiro mandato como deputado federal, tem ocupado à Tribuna da Câmara para fazer denúncias sobre o uso indevido da máquina e dos recursos públicos.

• João Dado (SP)

Fiscal de rendas do estado de São Paulo, o deputado João Dado sabe das lutas que a categoria enfrenta diariamente, por isso, sua atuação no parlamento é sempre pautada em melhorias para o funcionalismo público. Uma de suas propostas é estabelecer teto único salarial para todos os servidores públicos do País, acabando com a discrepância entre os salários de servidores federais, estaduais e municipais, na tentativa de contribuir para a democracia, sob o princípio de igualdade e busca de justiça social.



• Miro Teixeira (RJ)



Advogado e jornalista, o deputado federal Miro Teixeira defende as empresas nacionais e o monopólio estatal, principalmente do petróleo. É de autoria do deputado a ação que acabou resultando na revogação da Lei de Imprensa, criada pelo regime militar. É autor, também, do projeto que regulamenta a profissão de

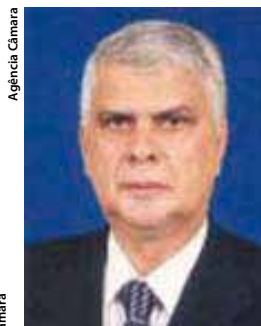
jornalista. Parlamentar atuante, subscreveu o projeto Ficha Limpa e defendeu o fim do fator previdenciário aprovados recentemente pelo Congresso Nacional. Agora, o deputado Miro Teixeira luta para ver aprovada a PEC 300 e fazer justiça aos policiais civis e militares e aos bombeiros.

• Arnaldo Vianna (RJ)

O médico neurologista, deputado Arnaldo Vianna, está em seu primeiro mandato parlamentar. Na Casa Legislativa atuou de forma decisiva para a solução da problemática dos pescadores da Região dos Lagos e Norte fluminense, ao obter do Ibama a exceção da portaria para utilização de traineiras de até 12 metros, bem como do governo, a liberação do benefício do defeso, uma ajuda de custo necessária para a sobrevivência dos pescadores e suas famílias durante o período de reprodução do camarão.



• José Carlos Araújo (BA)



Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, o deputado José Carlos Araújo está no seu segundo mandato. Na sua bagagem de vida política, traz a experiência de três mandatos como deputado estadual, pelo estado da Bahia. É autor do Projeto de Lei 71/07 que resultou na nova Lei do Inquilinato, sancionada pelo presidente Lula no ano passado. No Congresso Nacional, Araújo é um dos que representam com seriedade, competência e ética o povo baiano.

• Sueli Vidigal (ES)

Defensora intransigente da vida, sempre atenta ao clamor popular. A deputada Sueli Vidigal (ES) apresentou 48 proposições voltadas para o bem-estar da criança, dos jovens, da mulher e dos idosos, em várias áreas, como Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança Pública. É 1ª vice-presidente da Comissão de Seguridade Social e Família. Sueli é autora do projeto que proíbe crianças e adolescente de comprar ou locar jogos violentos de videogame e de computador. A deputada também apresentou projeto para que as delegacias de atendimento especializado às mulheres funcionem todos os dias da semana, durante 24 horas. Sueli ainda elaborou um projeto, que tramita no Congresso, estendendo para 18 anos a idade limite dos adolescentes beneficiários do Bolsa Família.



• Enio Bacci (RS)



No exercício do mandato, o deputado Enio Bacci tem se dedicado à formulação de projetos que possam melhorar a vida dos brasileiros. São mais de trezentas proposições apresentadas e que tramitam em várias Comissões da Câmara, sendo que 22 já foram aprovadas. O destaque fica para o projeto que virou lei e garante a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir de 40 anos de idade. Enio Bacci é autor do projeto de lei que torna obrigatória a impressão, nas embalagens de leite, do calendário de vacinação infantil do Ministério da Saúde, já em tramitação no Senado. Da mesma forma, o deputado quer a inclusão obrigatória de informações claras e precisas, nas embalagens, sobre a utilidade de todos os medicamentos. O deputado ainda é vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e também é um dos defensores da PEC 300.

• Wolney Queiroz (PE)

O deputado pernambucano, Wolney Queiroz, está em seu terceiro mandato e tem se destacado em defesa de questões relacionadas aos aposentados, à melhoria da educação pública, à proteção ao consumidor. Tem atuado para a aprovação da PEC 300. É membro da Comissão de Constituição e Justiça.



• Manato (ES)



O deputado Manato é um dos defensores da votação da PEC 300. O deputado acredita que a proposta vai incentivar a dedicação exclusiva dos efetivos ao trabalho e evitar a procura por atividades extras para aumentar a renda familiar. Outra matéria que o deputado capixaba está empenhado para que seja aprovada no Congresso é o Estatuto do Nascituro, por acreditar que a proposta tem como objetivo a proteção e promoção da pessoa humana em sua fase de vida anterior ao nascimento, quando é designada pelo termo “nascituro”, com todas as benéficas repercussões para o futuro de sua vida. Manato está em seu segundo mandato como deputado. Ele defende a realização de plebiscito para definir o limite de idade para a imputabilidade do menor infrator.

SENADORES

• Cristovam Buarque (DF)

O senador Cristovam Buarque tem a educação como sua principal bandeira. Para ele, a melhoria no setor é imprescindível ao desenvolvimento social, econômico e da cidadania no País. No Senado, Cristovam já presidiu a Comissão de Relações Exteriores, a Mista de Controle das Atividades de Inteligência, a de Direitos Humanos e a de Educação, Cultura e Esportes. Com a publicação da lei que autoriza a instalação de salas de aulas em presídios, Cristovam chega ao 7º projeto de lei de sua autoria sancionado. As demais instituíram o Piso Salarial Nacional do Magistério Público; garantia de vaga na escola mais próxima a todas as crianças a partir do dia em que completarem 4 anos de idade; estabelece o Dia da Leitura e Semana da Literatura no dia 12 de outubro; determina que os estabelecimentos de ensino informem tanto ao pai quanto à mãe, conviventes ou não, ou aos responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos; obriga o governo a oferecer vagas no ensino médio; o Dia Nacional do Historiador em 12 de setembro.



• Patrícia Saboya (CE)



Autora da licença maternidade de seis meses, a senadora está atenta às necessidades não só das mulheres trabalhadoras como das crianças e adolescentes de todo o Brasil. A senadora é autora de projeto que institui o Pronei - Programa Nacional de Educação Infantil, que expande a rede pública de creches e pré-escolas. Esse projeto dá continuidade e garantia de atendimento de qualidade às crianças, após os seis meses com mãe. Vários são os projetos de Patrícia que foram sancionados, entre eles a nova Lei Nacional de Adoção, que assegura o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, admitindo-se a adoção apenas quando não for possível manter o menor junto à família. Também é lei uma nova proposta da senadora que determina que os preceitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente deverão ser transmitidos aos alunos pelos professores das disciplinas já existentes. Patrícia foi presidente da CPI da Pedofilia, no Senado.

• João Durval (BA)

O senador João Durval Carneiro pauta o seu mandato na defesa dos interesses do Estado da Bahia. Uma de suas bandeiras é a duplicação do Anel de Contorno de Feira de Santana e a recuperação e duplicação de rodovias federais no Estado. Também trabalha por



melhoria nos portos e aeroportos da Bahia. Entre os projetos que apresentou, João Durval visa criar uma ZPE em Conceição do Coité, para facilitar a exportação do sisal, riqueza da região. Apresentou projeto para profissionalizar motociclistas e, na área trabalhista defende, a bandeira do PDT de redução da jornada de trabalho para 40 horas.

• Jerfferson Praia (AM)



Apenas a dois anos no Senado, Jefferson Praia, suplente do senador Jefferson Péres, vem garantindo a defesa da população da Amazônia. Como bom pedetista, sempre atento à classe trabalhadora e à educação, propõe a dedução de despesas educacionais de crianças e adolescentes apadrinhados, mediante doação a instituições assistenciais de utilidade pública, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Outra proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para introduzir, no currículo do ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia. O fim do trabalho escravo também merece a atenção do senador, que denuncia a estreita ligação dessa prática nefasta ao desmatamento na fronteira agrícola que pressiona a floresta amazônica.

• Acyr Gurgacz (RO)

O senador pedetista Acir Gurgacz apresentou, durante os seis meses de mandato, várias proposições, como a que altera o Código Florestal para redefinir as dimensões da área de reserva legal. Além disso, Gurgacz é autor do projeto que transfere à Rondônia



terras pertencentes à União. Para o senador, essa transferência vai facilitar o processo de regularização fundiária no estado e ajudar na redução do desmatamento. E, ainda, é de sua autoria o projeto que concede a agricultores e cooperativas agrícolas isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de maquinários e equipamentos agrícolas. O senador defendeu a aprovação do projeto “Ficha Limpa” e emenda de medida provisória que transfere servidores do ex-território de Rondônia para o quadro da União.

• Osmar Dias (PR)



Osmar Dias é autor do projeto que acabou com a multa que seria paga pelo estado do Paraná à União até 2029 por conta da venda do Banestado. O projeto de Osmar devolveu o crédito ao Paraná, permitindo que o governo estadual pudesse receber recursos federais e tomar empréstimos nacionais e internacionais para novos investimentos, além de permitir o recebimento de R\$ 5 milhões mensais do Fundo de Participação dos Estados e a devolução aos cofres paranaenses de mais R\$ 256 milhões das parcelas já pagas da multa desde 2004. Osmar é autor da nova Lei do Estágio, que encaminha o jovem ao mercado de trabalho. É, também, autor da lei que inseriu as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional. A regulamentação do setor facilitou o acesso ao crédito para pequenos produtores, comerciantes, industriais e população de baixa renda. Preocupado com os mais vulneráveis, Osmar também defendeu, no Senado, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, voltada para a agricultura familiar, aos assentados de reforma agrária, aos povos indígenas e aos remanescentes. ■





O PDT REAFIRMA NA PRÁTICA SEU COMPROMISSO COM O TRABALHADOR

POR GLAUCO ROJAS

Em apenas três anos à frente da Pasta do trabalho, o ministro pedetista Carlos Lupi conseguiu alcançar algo inimaginável há alguns anos: gerar mais empregos formais do que os países desenvolvidos

É impossível falar de conquistas trabalhistas sem associá-las ao PDT. Afinal, os direitos e garantias que os trabalhadores alcançaram durante a era Vargas, em um período com João Goulart ocupando o Ministério do Trabalho, foram fundamentais para identificar o PDT como o partido do trabalhador brasileiro.

No governo Lula, a partir de 2007, o PDT retomou esse fio da história e agora coleciona vitórias e avanços nas conquistas trabalhistas.

No comando de Carlos Lupi, a “casa do trabalhador” passou a bater recordes atrás de recordes em geração de empregos, sendo reconhecida, inclusive, internacionalmente. Potências mundiais passaram a buscar diálogo com o Brasil para entender como um País em desenvolvimento foi capaz de criar postos de trabalho enquanto o mundo todo registra retração de vagas.

“Realizamos uma série de medidas rápidas e de estímulo ao aquecimento de crédito. Também adotamos um discurso em que empresários beneficiados com empréstimos de dinheiro público, com juros subsidiados, não poderiam demitir trabalhadores. Todas essas medidas fazem com que o Brasil, hoje, seja um dos únicos países do G-20 a gerar saldo positivo de emprego formal, com carteira de trabalho assinada. Vamos gerar um milhão de novos postos formais de trabalho”, previu Lupi durante a 98ª Conferência Internacional do Trabalho, acontecida em setembro do ano passado na sede da ONU, em Genebra.

Previsão que se concretizou. Contrariando o que anunciava especialistas e a grande imprensa, o Brasil saiu praticamente ileso da crise, criando 995.110 vagas formais. Empregos que se transformaram em renda para o trabalhador, fomento para a economia nacional e dignidade para o cidadão que teve recuperado o seu poder de compra.

Mas essa é apenas uma das várias conquistas alcançadas por Carlos Lupi. Sendo assim, surge a pergunta:

• Por que o PDT faz a diferença à frente do Ministério do Trabalho e Emprego?

Emprego e Renda



- **NA GESTÃO DE CARLOS LUPI**, o Brasil foi o único País do mundo a sair da crise econômica com quase 1 milhão de empregos formais criados.
- **O BRASIL PASSOU A SER CONVIDADO** por organizações internacionais para falar de suas experiências bem-sucedidas na área do trabalho e emprego.
- **O BRASIL PASSOU A REGISTRAR** recordes atrás de recordes em geração de empregos. Desde 2007 todas as regiões do País conseguiram superar os próprios saldos em criação de novos postos de trabalho com carteira assinada.
- **DESDE O PRIMEIRO ANO** do governo Lula essa é a primeira vez que o Brasil prevê a criação de 2,5 milhões de empregos formais no ano.
- **O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO** passou de um investimento de pouco mais de R\$ 261 milhões (relativo aos anos de 2003 a 2006) para mais de R\$ 500 milhões em cursos de qualificação para o trabalhador. Ou seja, desde que o PDT assumiu a pasta do trabalho, o Brasil saltou de 248 para 404 convênios firmados com estados, municípios e entidades não governamentais durante o governo Lula. O que garantiu que aproximadamente 590 mil trabalhadores fossem capacitados pelo Plano Nacional de Qualificação.
- **DESDE QUE O PDT** passou a gerir o Ministério do Trabalho e Emprego, os investimentos em programas de qualificação passaram a receber recursos anuais de forma crescente.
- **O MINISTRO CARLOS LUPI**, obedecendo à metodologia aprovada pelo CODEFAT, autorizou a concessão do pagamento de parcelas
- **PARA EVITAR O DESEMPREGO** em massa, provocado pela crise econômica mundial, o ministro Lupi fortaleceu o diálogo com os empregadores para estimular o uso do seguro-desemprego na modalidade Bolsa Qualificação Profissional. Desse modo, ao invés de ser dispensado, o trabalhador passou a frequentar curso de qualificação profissional ao mesmo tempo em que recebeu o auxílio financeiro da bolsa. Com a qualificação profissional elevada, aumentaram também as chances de o trabalhador permanecer no posto em período de redução da atividade econômica.
- **LUPI ESTIMULOU A CELEBRAÇÃO** de Convênio Plurianual Único (CPU) com unidades da Federação, municípios com mais de 200 mil habitantes, bem como com entidades governamentais e privadas sem fins lucrativos. Visando assim a execução de ações de intermediação de mão de obra, habilitação do seguro-desemprego e qualificação social e profissional. Mecanismos que ajudam a colocação e recolocação no mercado de trabalho e que foram fundamentais para o enfrentamento da crise econômica. O número de CPUs, em execução, passou de 64, em 2008, para 80 em 2009. A rede do Sine também cresceu, passando de 1.280 postos de atendimento em 2008 para 1.301 em 2010.
- **NA GESTÃO DO PDT** foi criada a linha de crédito especial FAT Moto-frete. Com ela o trabalhador obtém financiamento especial para a compra de motonetas ou motocicletas que deverão ser usadas como instrumentos de trabalho de transporte de mercadorias e documentos.
- **FOI INSTITUÍDA A LINHA DE CRÉDITO** especial FAT Taxista para a aquisi-

extras de seguro-desemprego aos trabalhadores dos subsetores de atividade econômica e de unidades da Federação mais atingidos pela crise mundial. Tal medida garantiu que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ajudasse a manter o poder de compra e o sustento familiar dos brasileiros que foram dispensados; devolvendo a dignidade ao cidadão e impulsionando a economia.

ção de veículos, objetivando, assim, a renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi.

- **CONSIDERANDO AS LINHAS** de crédito voltadas para micro e pequenos empreendimentos, foram realizadas 602.923 operações de crédito entre 2007 a 2009. O que significa que R\$ 18,5 bilhões de recursos foram aplicados.
- **O COMPROMETIMENTO DO PARTIDO** com o trabalhador brasileiro foi ainda mais explícito no período da crise econômica. Basta observar a adição da cláusula contratual na linha de crédito FAT Giro Setorial, que estabeleceu o compromisso da empresa em gerar e/ou manter postos de trabalho durante a vigência do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do respectivo contrato.
- **EM 2009 FOI REALIZADA** a desoneração do *spread* bancário nas operações com recursos do FAT garantidas pelo FunProger (Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda). Desse modo, reduziram-se os encargos financeiros e estimularam-se investimentos em atividades produtivas.
- **NA GESTÃO DO PDT** foi incentivado o cumprimento da Lei da Aprendizagem Profissional - em vigor desde 2005, mas que não estava sendo exercida pelas empresas. Para mudar esse quadro, o MTE estimulou a criação de Fóruns Permanentes de Aprendizagem em todos os estados brasileiros, criou o SisAprendiz (sistema de informações estratégicas) e realizou a Conferência Nacional da Aprendizagem Profissional.
- **OS PROGRAMAS JUVENTUDE CIDADÃ**, ProJovem Trabalhador e Consórcio Social da Juventude passaram a receber investimentos anuais crescentes. Entre os anos de 2007 a 2009, mais de 556 mil jovens foram beneficiados e 367 convênios foram firmados. Número bem expressivo quando comparado aos 114 convênios assinados e 148 mil jovens atendidos entre os anos de 2003 a 2006.
- **FOI NA GESTÃO DO MINISTRO LUPI** que o trabalhador teve o seu principal documento laboral modernizado. Com a nova Carteira de Trabalho e

Previdência Social será possível ver todo o histórico profissional, bem como realizar consultas como, por exemplo, do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do direito ao abono salarial e do seguro-desemprego.

Economia Solidária



- **HOUVE SIGNIFICATIVO AVANÇO** na discussão sobre moedas sociais. O que resultou na ampliação de um (1) banco comunitário, em 2003, para 60 em 2010.
- **COM O ESTÍMULO DO MINISTÉRIO** do Trabalho e Emprego o “Marco Legal” (lei que visa atualizar a legislação sobre cooperativas de trabalho no país), foi votada no Senado Federal e já está nas últimas apreciações na Câmara dos Deputados.
- **NA GESTÃO DE CARLOS LUPI** ocorreu a institucionalização da economia solidária nas unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego. Agora, as Superintendências Regionais do Trabalho contam com Núcleos ou Seções de Economia Solidária para atenderem diretamente ao cidadão local.
- **O PROGRAMA NACIONAL** de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) passou de 22 para 82 incubadoras apoiadas.
- **DURANTE A GESTÃO DE CARLOS LUPI** houve a implantação do Centro de Formação em Economia Solidária com atividades formativas nas cinco regiões do País, além de um Centro Nacional.
- **LUPI REALIZOU** a II Conferência Nacional de Economia Solidária, que contou com a participação direta de cerca de 20 mil pessoas nas etapas estaduais e territoriais; garantindo mais legitimidade ao processo de discussão e às propostas de políticas públicas.



Arquivo PDT

- **PROMOVEU A SEGUNDA EDIÇÃO** do Plano Nacional de Qualificação (Planseq) em Economia Solidária, o qual beneficiará mais de 6 mil trabalhadores.
- **REALIZOU AÇÃO DE FORTALECIMENTO**, por meio de formação e assessoria técnica, às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O que beneficiou mais de 10 mil trabalhadores.
- **NO PERÍODO** compreendido pelos anos de 2007 a 2009, aproximadamente 75 mil pessoas com deficiência foram inseridas no mercado de trabalho por meio de ação fiscal. Tal medida é tida como um dos instrumentos mais efetivos para repressão às práticas discriminatórias e atenuação das desigualdades sociais.
- **DE 2007 A 2009** mais de 18 mil crianças foram afastadas do trabalho infantil.

Inspeção do Trabalho



- **ENTRE 2007 A 2009** foram realizadas 461.256 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho em benefício do trabalhador brasileiro.
- **DESDE QUE O MINISTRO LUPI** assumiu a pasta do Trabalho e Emprego, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi expandido para 13.505 empresas, o que beneficiou mais de 3 milhões de novos trabalhadores. O PAT é um programa de adesão voluntária, onde o empregador fornece alimentação pronta, cesta de alimentos ou vale refeição/ alimentação a seus funcionários.
- **EM 2008 O MTE** renovou o seu comprometimento com o tema e lançou o II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, que contém estratégias associadas ao enfrentamento, repressão, prevenção, reinserção, informação e capacitação.
- **ENTRE 2007 A 2009**, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel e os grupos de fiscalização rural das SRTEs empreenderam 427 operações, em 852 estabelecimentos, que resultaram no resgate de 14.769 trabalhadores que se encontravam em situações degradantes ou análogas a de escravidão. Se comparado ao período entre 2004 a 2006, observa-se que durante a gestão do ministro Lupi houve aumento de 60,5% no

O Brasil foi o único País do mundo a sair da crise econômica com quase **1 MILHÃO** de empregos formais criados.

Criará **2,5 MILHÕES** de empregos formais no ano.

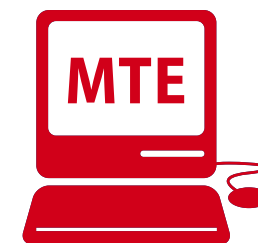
R\$ 18,5 BILHÕES de recursos foram aplicados para micro e pequenas empresas entre 2007 e 2009.

número de operações, 26,6% no número de estabelecimentos fiscalizados e de 38,6% no total de trabalhadores resgatados.

- **A META DE OPERAÇÕES** de fiscalização de combate ao trabalho análogo ao de escravidão, prevista no Plano Plurianual para o ano de 2009, foi superada, com a realização de 153 operações em todo o território nacional ante a meta de 150.
- **O NÚMERO DE OPERAÇÕES** de combate ao trabalho análogo ao de escravidão realizadas no período de 2003 a 2009 é quatro vezes maior que no período de 1996 a 2002. E o número de trabalhadores resgatados de condições análogas a de escravo é cinco vezes maior - passando de 5.809 para 30.644.
- **LANÇOU O “MARCO ZERO”**, um projeto inédito de intermediação de mão de obra no campo. Com ele dá-se um passo largo para o combate à exploração do trabalhador rural brasileiro, pois ajuda a eliminar o aliciador ilegal - que muitas vezes coloca os trabalhadores em condições degradantes ou análogas a de escravidão.
- **O BRASIL VEM SE CONSOLIDANDO**, nos últimos anos, como referência mun-

dial na promoção do trabalho decente. Tal reconhecimento ficou ainda mais nítido na Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em 2008 e que reuniu 182 países em Genebra (Suíça). Na ocasião, o ministro Carlos Lupi foi convidado a falar em nome de todos os ministros presentes.

Institucional



- **DESDE 1984** não era realizado concurso para agente administrativo no Ministério do Trabalho e Emprego e suas unidades descentralizadas. Na gestão do PDT, foram abertas 1.926 vagas para agente administrativo; 194 para cargos de nível superior (administrador e economista); e 234 vagas para auditor fiscal do trabalho. Tudo para atender melhor o cidadão e valorizar os servidores da Casa.
- **FOI NA GESTÃO DO MINISTRO LUPI** que as Delegacias do Trabalho foram transformadas em Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego; as Subdelegacias em Gerências; e os Postos de Atendimento em Agências. Muito mais do que uma mudança de nome, as sedes do MTE nas 27 capitais ganharam mais autonomia para gestão, planejamento e fiscalização. A aquisição de novos móveis e equipamentos tecnológicos também garantirão mais qualidade e agilidade ao serviço prestado ao cidadão.

Internacional

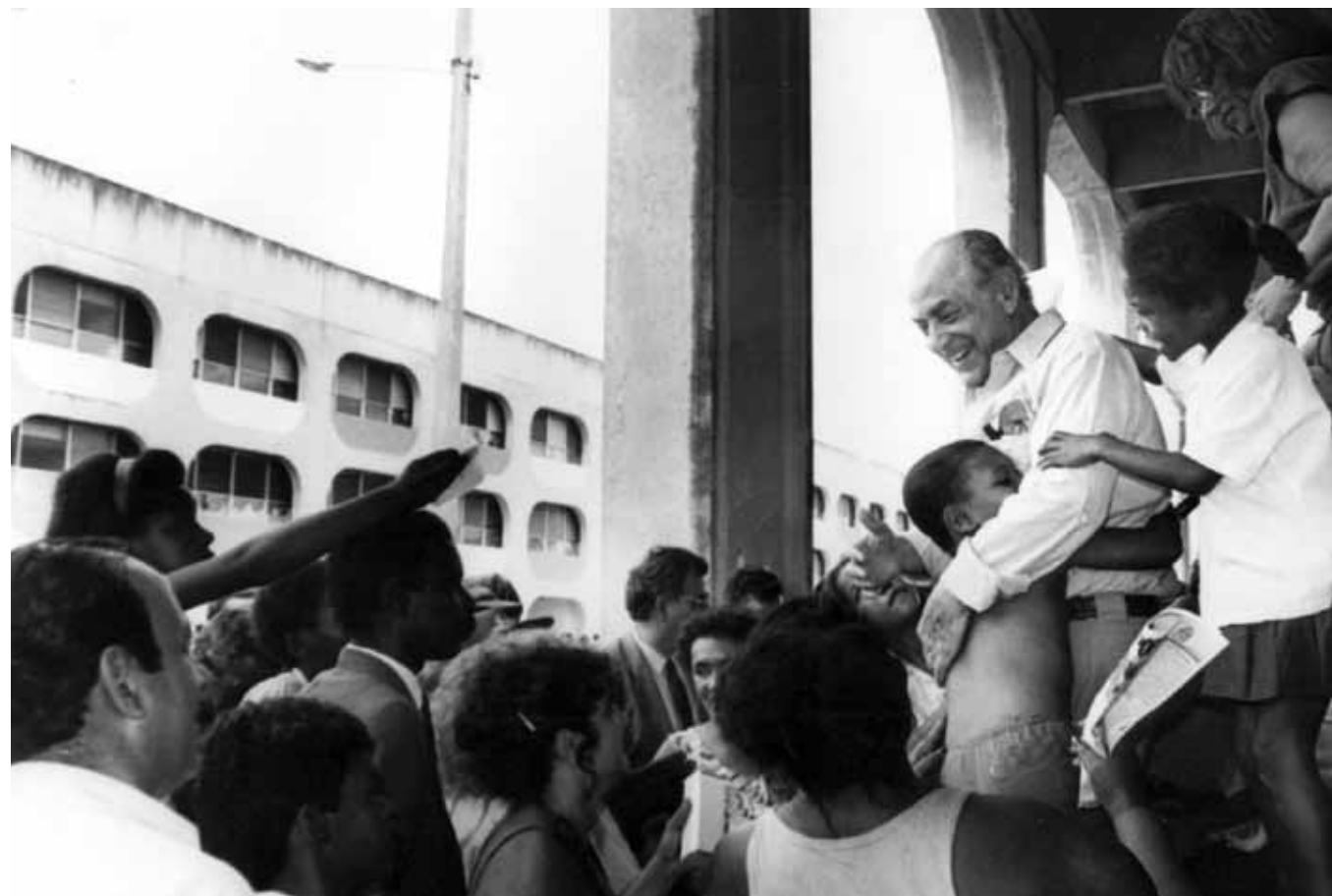


- **O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO** fortaleceu as relações de cooperação e amizade com as nações integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Relações do Trabalho



- **COMO TRABALHISTA**, Lupi tem compromisso com os direitos humanos e proibiu a realização de testes de HIV para a admissão em qualquer emprego, bem como para mudança de função, promoção e outros deslocamentos funcionais.
- **SOMENTE NA GESTÃO DO PDT** as centrais sindicais passaram a ser reconhecidas legalmente. Agora elas possuem legitimidade para participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite e que abordem assuntos de interesse geral dos trabalhadores.
- **AGORA AS CENTRAIS** sindicais são obrigadas a cumprirem requisitos básicos para serem reconhecidas e receberem o repasse do governo; o que garante mais transparência e legitimidade frente à defesa dos interesses dos trabalhadores.
- **NA GESTÃO DO MINISTRO LUPI** o diálogo social tripartite foi ampliado, principalmente em temas relevantes das relações de trabalho como a organização sindical e a atualização e modernização da legislação trabalhista.
- **O CADASTRO NACIONAL** de Entidades Sindicais (CNES) foi atualizado, o que permite que atualmente seja feito o conhecimento da real representatividade das entidades sindicais, além de possibilitar a implantação de sistemas informatizados. Com essa atualização, foi garantida aos trabalhadores a transparência da atuação de seus representantes, bem como das negociações coletivas e dos instrumentos coletivos celebrados.
- **LOGO NO INÍCIO DA GESTÃO** do ministro Lupi foi implantado o Sistema de Negociações Coletivas (Mediador). Consolidado como grande avanço para o meio sindical, o depósito eletrônico das convenções e acordos coletivos de trabalho e seus termos aditivos garantiu mais transparência e segurança aos trabalhadores. ■



Arquivo PDT

CIEPs: A REVOLUÇÃO EDUCACIONAL

A grande realização de Brizola: propiciar às crianças uma escola de horário integral, com ensino de boa qualidade, incluindo alimentação, assistência médico-odontológica, lazer, atividades culturais e banho diário

No Brasil, antes da criação dos CIEPs, nunca se fez uma escola popular de dia completo. Em lugar disso, adotou-se o desdobramento do regime escolar em vários turnos, numa solução falsa para o crescimento populacional. Essa deformação do sistema de ensino, com o tempo, tirou as qualidades já escassas da antiga escola pública e deixou-a despreparada para atender ao desafio de adaptar-se a crescente clientela oriunda das zonas rurais ou das comunidades pobres da periferia das metrópoles.

Leonel Brizola, logo no início de sua gestão como governador do Rio de Janeiro, pensou em multiplicar pequenas escolas por todo o estado, como

já fizera quando administrou o Rio Grande do Sul, objetivando atender à demanda por maior número de matrículas nas regiões de alta densidade demográfica. Entretanto, logo se verificou que a ampliação do número de escolas, por si só, não resolveria a questão da jornada escolar muito reduzida, adotada pela maioria das escolas, como também não resolveria os problemas de ineficácia pedagógica que estavam gerando altos índices de repetência e de evasão escolar.

Surgiu, então, a ideia, que chegou a ser considerada uma das metas do Programa Especial de Educação, de instalar Centros Culturais Comunitários em regiões previamente selecionadas,

para receber as crianças durante 5 horas adicionais, antes ou depois das aulas, para dar-lhes uma refeição, estudo dirigido, recreação e atividades culturais. Chegou a ser cogitada, também, a conveniência de construir no Estado do Rio diversas Escolas-Parque semelhantes às que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro implantaram em Brasília e que promovem uma integração entre os estudos curriculares, atividades recreativas e artísticas. Mas a prática recomendou a superação dessas proposições iniciais, porque os Centros Culturais Comunitários ou as Escolas-Parque acabariam privilegiando as crianças já privilegiadas nas áreas de maior poder aquisitivo.



Arquivo PDT

Leonel Brizola, enquanto governador, contribuiu decisivamente para solucionar o problema, fazendo notar que, em países como Uruguai ou Japão, o sistema de educação de base oferece às crianças um regime escolar de horário integral. Por toda a parte, considera-se que só uma escola de tempo integral, para alunos e professores, dá garantia de uma escolaridade proveitosa a crianças oriundas de famílias que não estudaram. Brizola tomou, então, a histórica decisão de criar uma escola de tempo integral, denominada CIEP - Centro Integrado de Educação Pública, que o povo passaria a chamar carinhosamente de "Brizolão".

Brizola queria primeiramente, uma educação de dia completo; segundo, uma escola suficientemente ampla para que os alunos passassem o dia estudando, fazendo exercícios físicos e brincando; terceiro, uma dieta alimentar balanceada, banho diário, assistência médica e dentária, além de uma hora de estudo dirigido. Dando valor às atividades concernentes à Saúde e Educação seja pela compreensão do que é saúde e enfermidade, seja pela difusão das práticas higiênicas mais recomendáveis a seus alunos, e através deles a suas famílias.

Projetado por Oscar Niemeyer, cada CIEP possui três blocos. No bloco principal, com três andares, estão as salas de aula, um centro médico, a cozinha e o refeitório, além das áreas de apoio e recreação. No segundo bloco, fica o ginásio coberto, com sua quadra

de vôlei/basquete/futebol de salão, arquibancada e vestiários. Esse ginásio é chamado de Salão Polivalente, porque também é utilizado para apresentações teatrais, shows de música, festas, entre outras atividades. No terceiro bloco, de forma octogonal, fica a biblioteca e, acima, as moradias para alunos-residentes possibilitando que crianças temporariamente desassistidas morem nos "escolões", ocupando os apartamentos especiais e sendo cuidadas por casais selecionados e treinados para a tarefa de orientá-las.

Uma preocupação muito presente no CIEP é a de integrar a cultura da escola com a da comunidade, fazendo-as interagir efetivamente.

O investimento na construção e

manutenção dos CIEPs não é excessivo e equivale ao montante mínimo indispensável para superar décadas de descaso pela educação pública.

• A experiência do Rio Grande do Sul

Alceu Collares em seu governo encontrou uma rede escolar com infraestrutura obsoleta e equipamentos sucateados com quase a metade sem condições mínimas de funcionamento e 200 mil crianças não conseguiam vagas na escola pública. Com a criação do programa Nenhuma Criança Sem Escola, o quadro se reverteu. Nos quatro anos, foram reformadas 2.895 escolas estaduais e investidos US\$ 56 milhões na construção de 94 Cieps (Centros Integrados de Educação Pública), nos mesmos moldes de educação integral dos Cieps do Rio de Janeiro. O aluno entrava no Ciep às 7h, recebia cinco refeições durante o dia e saía às 17h de banho tomado.

No âmbito do Programa Especial de Educação, os CIEPs refletem um amplo e ambicioso empreendimento realizado no Brasil. Confirmando sua eficácia, o jornalista Paulo Henrique Amorim divulgou em seu blog que o Brizolão de Trajano de Moraes, no interior do Rio de Janeiro, foi considerado pelas autoridades federais da área de educação como a melhor escola pública do Brasil. Além disso, em 2008, na 1ª Conferência Nacional de Juventude, o modelo de educação integral adotado nos Cieps foi eleito com uma prioridade de políticas públicas. ■



Arquivo PDT

FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI

É uma Fundação de Estudos Políticos, um órgão do PDT destinado à formação de quadros trabalhistas e à elaboração de políticas e estudos, nos planos nacional, estaduais e municipais.

Seus patronos são Leonel Brizola, grande líder do trabalhismo brasileiro, ao lado de Getúlio Vargas e João Goulart, e Alberto Pasqualini (1901-1960), o grande ideólogo do Trabalhismo no Brasil.

Professor, advogado e senador pelo Rio Grande do Sul e um dos fundadores do PTB, Pasqualini foi um estudioso da realidade de seu país.

As atividades da Fundação são as de realizar, promover ou patrocinar estudos, pesquisas, debates, conferências, seminários, cursos, congressos, publicação de periódicos e atividades afins, visando à formação e à capacitação política dos militantes e simpatizantes do PDT; Estudos permanentes das conjunturas internacional, nacional, regional e local; análise dos planos e programas nacionais que o partido propõe. Assessoria através de consultoria, pareceres ou presença de profissionais das instâncias partidárias e aos movimentos sociais organizados.

A Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini prioriza, em suas ações, a sua militância organizada por meio de Núcleos de Base.

• O QUE É UM NÚCLEO DE BASE?

É um organismo de cooperação e de mobilização do partido organizado por categoria profissional, por local de trabalho, moradia, estudo ou por movimentos sociais, sempre vinculado a um diretório distrital ou de bairro, ao diretório municipal ou, ainda, em situações especiais, aos movimentos partidários, aos diretórios estaduais e nacional.

• COMO MONTAR?

Os Núcleos de Base serão constituídos pelos filiados na respectiva área territorial ou de ação.

Para a constituição de um Núcleo de Base, são necessários cinco filiados, no mínimo. Sempre que o número de integrantes ultrapassar vinte e cinco, o núcleo será desmembrado.

A estruturação e o funcionamento dos Núcleos de Base serão regulados pelo Regimento Interno do Diretório Estadual, que deverá ser submetido à aprovação da Direção Nacional.

• O QUE GANHAMOS?

Sabemos que o homem é por essência um ser social, ou que, por natureza, o homem é um ser político. Participamos da política e temos inúmeras responsabilidades sociais, éticas, morais e políticas. Ao ingressar em um partido político, qualquer indivíduo expressa sua liberdade, seu voluntariado para seguir uma ideologia, teses, pensamentos e, quem sabe, atos. Parte do processo social se faz mediante a organização dos seres em seus respectivos espaços e tempo e, sem dúvida, a organização tem sido vista como uma prática quase que indispensável atualmente. Será que podemos desenvolver formas de organização para alcançarmos objetivos comuns?

Como partido político, temos muito bem definidos os nossos aspectos ideológicos, afinal, definições construídas por grandes nomes da nossa história (Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade e muitos outros). Ao invés de criarmos apenas diretórios ou subdiretório, os núcleos de base trazem dinâmica e prática política aos filiados do

PDT. O núcleo sempre vai conter um grupo de filiados, de simpatizantes, de militantes, de pessoas que querem conhecer o Partido.

• O QUE AS PESSOAS FAZEM?

Se for um grupo de estudantes universitários, irão discutir a universidade e seus problemas, oferecendo, quando possível, as devidas soluções. Se for um núcleo de base do PDT em um bairro, todos os participantes serão pessoas comprometidas com a transformação da realidade vivida naquele bairro, buscando soluções para os problemas de saneamento básico, de ajardinamento, de lazer, de escola para seus filhos. Esse é o papel dos núcleos de base.

• O QUE PERDEMOS?

Perdemos em não criar, aproximar, despertar lideranças que poderão contribuir com o partido para um projeto de poder local, seja em bairro, conselhos, sindicato, município, estado e até país. Não podemos formar núcleo de base por fazer... Criarmos estruturas registradas e cadastradas sem funcionamento, só para dizer que o Partido está presente em algum local. Precisamos fazer política enquanto militantes, mobilizando e organizando as pessoas onde os núcleos estão inseridos. Precisamos levar a nossa história e compromisso, princípios e teses do PDT, para que as pessoas da ponta, lá na base, conheçam o PDT e tenham confiança naquilo o partido luta. ■

TODO PODER AOS NÚCLEOS DE BASE!

O INEDITISMO DA TV ULB

POR MARIA CHRISTINA PACCA

Jornalista e produtora da TV ULB

Não há dúvida hoje de que a Educação será cada vez mais importante na vida das pessoas. Porém, temos grandes desafios pela frente: o primeiro, fazer que essas pessoas compreendam que as novas tecnologias de informação e comunicação, que eliminam tempo e espaço, podem alterar a forma e o papel de ensinar e também o de aprender; o segundo, não menos complicado, tem a pretensão de alterar procedimentos institucionalizados no PDT para levar até a mais distante instância partidária a formação política que vai fortalecer a nossa convicção por um mundo melhor e mais fraterno.

Esses desafios mexem com os brios do comando e da militância do PDT, porque, afinal, somos o Partido Brasileiro da Educação.

Há três anos no ar, a TV da Universidade aberta Leonel Brizola, carinhosamente chamada de TV ULB, vem a favor e contra o vento, batendo o pé e acreditando na força de um projeto inédito entre os partidos políticos.

Com conteúdo distinto e forma diferenciada, muitas vezes professores e alunos trocam de papel para afinar a nossa percepção e tornar o nosso olhar mais suave, abrangente e colaborativo. E com a certeza do poder da informação, através de muita discussão e argumentação, a nossa TV questiona em sua programação as formas tradicionais da educação política.

Não é a toa que partimos da nossa problemática atual para buscar na história, no olhar e na concepção trabalhista o enfrentamento para os nossos problemas. Pois é no dia a dia, no cotidiano da população e da classe política, que construímos a nossa pauta, para que se torne atrativa e extremamente atualizada.

Foi um longo caminho até aqui. Não foi e nem vai ser fácil. Sabemos que estamos ainda no começo da caminhada. Entretanto, mais fortes e corajosos por-



Arquivo PDT

que não pulamos etapas, vencemos desafios e a cada pequeno passo conquistamos novas batalhas.

• Como funciona a TV ULB

Com programação semanal, veiculada via satélite pelas telessalas do PDT, todas as segundas-feiras de 12h25 as 13h25, e à disposição pela internet nos sites do Partido (www.pdt.org.br e www.ulb.org.br), a TV ULB leva até a militância pedetista informações sobre o trabalho partidário, atuação dos parlamentares, orientação e educação política e outros assuntos relacionados ao universo trabalhista.

Semanalmente, pode-se acompanhar pelo telejornal as novidades na pauta político-partidária. Fique bem informado sobre ações e decisões da Executiva Nacional, sobre as atividades dos diretórios estaduais e municipais e dos eventos dos movimentos populares do PDT. Acompanhe, ainda, neste semestre, discussões temáticas para embasar e unificar o curso da campanha eleitoral.

E não se esqueça: os programas estão à disposição na internet. Faça sua própria agenda de estudo e informação, mas crie uma rotina, no horário que melhor lhe convier. ■

MUNICIPALISMO E PACTO FEDERATIVO

POR FLÁVIO LUIZ LAMMEL

A cada dia que passa, preocupamos com preocupação o desfiguramento do nosso País como Federação. Ao longo dos últimos anos o governo Federal vem, por meio de sucessivos governantes e com a conveniência do Congresso Nacional, centralizando cada vez mais recursos arrecadados, na União. Hoje, os municípios estão vivendo grandes dificuldades devido a esta situação, sendo que a grande maioria não está conseguindo equilibrar as contas públicas.

A concentração de recursos na União e nos Estados chega a 86% (oitenta e seis por cento) do bolo tributário nacional. Os municípios cobram do governo federal algumas promessas não cumpridas como: a realização da reforma tributária, que aumentaria os recursos repassados aos municípios; e outras ações como os casos de programas criados pelos governos estadual e federal e que depois de algum tempo são repassados aos governos locais.

Cito como exemplo o PSF, criado pela União, mas com a responsabilidade

de gerenciamento do município. O programa tem como finalidade a contratação de profissionais de saúde, e quando criado, o governo destinava um volume de recursos que praticamente cobriam os custos dos municípios, hoje, alguns anos após, a parcela mais significativa de custos fica com os municípios e ainda os Tribunais de Contas dos Estados insistem para que os municípios façam concurso para estes profissionais, praticamente inviabilizando a execução do programa.

Outro grande problema são os repasses das atribuições, dos Estados e da União para os municípios, pois, saúde, educação, transporte e uma série de outros serviços prestados à população ficaram sob a responsabilidade municipal. Em contrapartida, o governo federal espertamente por meio da criação das chamadas “Contribuições” driblou a Constituição, não compartilhando os recursos arrecadados pelas contribuições. A “pseudo” reforma tributária realizada até agora no governo Lula somente

aumentou a arrecadação dos tributos federais, e a participação dos municípios cada dia é menor.

O repasse de recursos da Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico) alardeado como uma grande conquista é inexpressivo, não integra o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e o dinheiro deve obrigatoriamente ser aplicado em infraestrutura de transporte.

Uma das grandes lutas para os municipalistas nas próximas eleições é incluir, na partilha do FPM, impostos e contribuições, pois isto aumentaria a participação dos municípios no bolo tributário. É necessário que o governo abra os olhos para o enfraquecimento dos entes federados, e atenda às reivindicações dos municípios para que estes possam honrar seus compromissos e para que todos possam construir um pacto social, com justiça para os brasileiros, uma vez que as dificuldades são enormes e a falta de recursos é premente e pode comprometer seriamente o chamado Pacto Federativo. ■



SALÃO AZUL
parlamentares
acompanham o
Hino Nacional

REFORMA POLÍTICA

POR JOSÉ FORTUNATI

Podemos afirmar que o Brasil vive um momento muito delicado, no qual, de forma perceptível, a atividade política desprende-se quase que totalmente da sociedade civil. A cada momento o País é sacudido por um novo episódio que faz estremecer as bases do denominado Estado Democrático de Direito. Escândalos que abalaram as instituições políticas, passando pelo *impeachment* de um Presidente da República, por CPIs que cortaram profundamente na carne do próprio Congresso ao desnudar o caso dos “Sete Anões”, do valerioduto, do mensalão, do mesadão, dos “sanguessugas”, entre tantos outros. Como consequência temos uma atividade política que perdeu a identidade com a sociedade civil, deixando de representá-la de forma legítima causando preocupações para todos os democratas de nosso país.

Ao longo dos anos de 2005 e 2006, especialmente o Congresso Nacional foi submetido a um bombardeio sem precedentes. A ampla exposição das disfunções do financiamento eleitoral, das relações obscuras entre o Poder Executivo e o Legislativo Federal e o uso de recursos inadequados acabou abatendo a cidadania e trouxe uma onda de ceticismo muito grande no seio da população. Infelizmente, o processo eleitoral nos moldes atuais não trouxe a tranquilidade necessária para que o cidadão tenha plena confiança de que o Congresso responda de forma diferenciada e satisfatória aos anseios da maioria pela condição ética da coisa pública.

O atual sistema partidário brasileiro tem sido objeto de críticas contundentes relativas a sua autenticidade, representatividade e funcionalidade. As mais recorrentes dizem respeito à fragilidade programática, ao troca-troca

de partidos, às coligações oportunistas, à fragmentação do quadro partidário, à existência de “legendas de aluguel” e à influência do poder econômico. Essa percepção foi muito bem captada por Simone Diniz (2000) ao afirmar que “o sistema partidário brasileiro é apontado por parte da literatura como um sistema frágil e não institucionalizado, principalmente em razão do surgimento e desaparecimento de alguns partidos. A organização partidária é fraca, o personalismo e o populismo prevalecem, as elites políticas manifestam pouca lealdade aos partidos, a volatilidade eleitoral é alta, o enraizamento dos partidos na sociedade é frágil e as personalidades individuais predominam sobre os partidos e as campanhas”.

No mesmo sentido caminha Janice Helena Ferreri (1997) ao constatar que “as deficiências de nosso sistema representativo estão cada vez mais evidentes.

Os partidos que aí estão não se encontram aptos a debater com a sociedade as questões fundamentais para a estabilidade da democracia. Mais de cem anos de República e vinte de autoritarismo levam à constatação de que os partidos, ainda, não se moldaram à nova realidade. Seus programas são teóricos e não têm aplicação na realidade da luta política. Na verdade, o sistema partidário brasileiro, como via exclusiva do exercício do poder político, não tem condições de assegurar representatividade significativa e tampouco confiável em termos de corpo social. Com a multiplicidade dos partidos e sua evidente inautenticidade, é cada vez menor o número de eleitores que se vincula a uma agremiação partidária”.

Naturalmente, se focarmos o nosso olhar somente para os fatos negativos tão decantados por todos, poderemos concluir que o processo democrático “não vale a pena”. Mas, um olhar mais acurado e profundo sobre o processo brasileiro vai permitir que percebamos que, apesar de participarmos de uma democracia jovem, já conseguimos avançar e consolidar as nossas instituições de forma razoavelmente avançada. Todos sabemos que estes avanços ainda não permitiram a consolidação de um processo político onde a ética, a preocupação com o bem público, a adoção de políticas públicas adequadas, abrangentes e duradouras façam parte

do nosso cotidiano. Por isso, a cada nova crise política, ética e moral o Brasil volta a falar sobre a necessidade de uma profunda reforma política, na qual temas como a fidelidade partidária, o sistema de governo, a forma de escolha dos parlamentares, o fim da medida provisória e a participação do eleitor ganham especial relevância.

É inegável que o atual sistema de escolha dos nossos parlamentares mostra o seu total esgotamento. Ao votar em um candidato, o eleitor, em alguns casos sem saber, está ajudando a eleger outros postulantes que muitas vezes têm um comportamento e pensamento filosófico completamente distinto e, até, antagônico do candidato que recebeu o voto do cidadão.

Depois, contamos com um parlamento em que os mandatos estão acima dos próprios partidos, fazendo com que o processo de construção da governabilidade do Poder Executivo, tão necessária para a construção da democracia, fique submetido a uma série de negociações questionáveis e escusas envolvendo cada parlamentar individualmente. A conta será paga, ao final de cada processo, com um custo muito elevado para os cofres públicos, terminando por tornar mais frágil o processo democrático.

E, nunca custa lembrar, conforme afirma Luís Roberto Barroso (2006), professor de Direito Constitucional

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, “que os políticos são recrutados na sociedade civil, isto é, no mesmo ambiente de onde saem todos os demais cidadãos, dediquem-se eles à atividade pública ou privada. Se há especial incidência de desvios no ambiente da política, não se deve supor que esse fato se deva a circunstâncias pessoais de quem a ela se dedica. Todo o ser humano traz em si o bem e o mal. A vida civilizada e a ética procuram potencializar o bem e reprimir o mal. O sistema político brasileiro, por vicissitudes diversas, tem funcionado às avessas: exacerba os defeitos e não deixa florescerem as virtudes”.

Devemos considerar, ainda, que contamos com um sistema presidencialista que teima em governar com as malcheirosas Medidas Provisórias, sem uma base partidária sólida, o que termina levando o Brasil a vivenciar situações absurdas como as do Governo Collor, por exemplo.

Tenho, ao longo da minha vida pública, especialmente na condição de deputado federal, procurado refletir sobre estas mudanças tão necessárias e urgentes para o País. Com a presente publicação, desejo contribuir com este importante debate. Tendo a convicção da complexidade do tema, procuro destacar algumas teses que podem ajudar a refletir sobre o futuro da nossa jovem e dinâmica democracia. ■

SXC/BR



O BRASIL E O PRÉ-SAL

Nosso País vira potência energética

POR OSVALDO MANESCHY

O pré-sal é uma formação geológica abaixo do leito marinho da plataforma continental do Brasil, cuja área conhecida é de 149 mil Km² que se estende do Espírito Santo à Santa Catarina. Alguns geólogos acreditam que o pré-sal pode ser maior ainda, continuando pelo litoral da Bahia até o Ceará. Para confirmar isto e o tamanho exato das megajazidas de petróleo que contém, só há um jeito: perfurar. A quantidade de petróleo do pré-sal, de altíssima qualidade, é estimada hoje entre 90 e 300 bilhões de barris e coloca o Brasil diante do maior desafio de sua História: transformar o sonhado “país do futuro” em realidade, resgatando a dívida social com os brasileiros, ou continuar desigual do jeito que é.

O poço pioneiro do campo de Tupi, que tem reservas confirmadas de cinco bilhões de barris, custou à Petrobras US\$ 260 milhões e levou anos sendo perfurado. Quantidade e tempo que multinacional petrolífera alguma investiria no Brasil

sem a certeza de retorno. Os primeiros indícios de petróleo são de 2006, mas eles só se confirmaram em setembro de 2008, quando o petróleo realmente jorrou, culminando os trabalhos de prospecção da Petrobras iniciados há mais de 50 anos.

Só com as três primeiras descobertas no pré-sal, todas feitas pela Petrobras - Tupi, Iara e Parque das Baleias - as reservas brasileiras comprovadas, que eram de 14 bilhões de barris de petróleo, subiram para 33 bilhões. Ou seja, em quatro anos, a Petrobras mais do que dobrou as reservas que conseguiu acumular desde a sua fundação, há 56 anos, no Governo do Presidente Getúlio Vargas.

O sucesso só foi alcançado graças à sua perseverança e o emprego de novas tecnologias, como as sísmicas em 3D e 4D, que confirmaram as suspeitas que os técnicos da Petrobras já tinham desde 2000 - da existência de muito óleo sob a imensa camada de sal do subsolo marinho do Brasil. Acertaram em cheio e hoje praticamente

não há riscos de exploração no pré-sal, basta furar, ao custo de US\$ 60 milhões, o poço, para achar petróleo. Um índice de acerto pela Petrobras de quase 100%.

Em maio do ano passado, Tupi entrou na fase de “teste de longa duração” para que a produção comercial comece ainda em 2010. Para acelerar as pesquisas, a Petrobras decidiu recorrer à infraestrutura que já dispõe em alto-mar desde a década de 70 e novamente acertou em cheio: localizou importantes jazidas no pré-sal de Campos e do Espírito Santo, abaixo de campos produtores existentes no pós-sal - que deram a autossuficiência de petróleo ao Brasil. Um novo patamar foi alcançado.

A Agência Internacional de Energia (AIE), maior autoridade mundial no assunto, acaba de reconhecer que já em meados desta década o Brasil será um dos principais fornecedores de petróleo do mundo fora da Opep, quando a sua produção deve chegar a 5,1 milhões de barris/dia. Para se ter a dimensão da importância



PLENÁRIO DA CÂMARA durante sessão

do pré-sal, é bom saber que a Arábia Saudita, maior produtor mundial de petróleo, dispõe de reservas estimadas em 264 bilhões de barris; o Irã, segundo maior produtor, tem reservas da ordem de 168 bilhões de barris e o Iraque, terceiro no ranking mundial, tem reservas da ordem de 115 bilhões de barris. A estimativa mais prudente sobre as reservas do pré-sal, de Guilherme Estrella, Diretor de Exploração da Petrobras, é de 90 bilhões de barris. Isto nos coloca na 4ª posição e confirma a previsão da AIE de que o Brasil será, em anos, o maior produtor mundial de petróleo fora do Oriente Médio.

• Nova Cobiça

A descoberta das megajazidas do pré-sal despertou a cobiça mundial e desencadeou nova febre exploratória - achar petróleo no pré-sal - seja no Brasil, onde as multinacionais petrolíferas atuam desde 1998, ou nas formações geológicas de pré-sal que também existem na África, no Golfo do México e Mar Cáspio. Graças a sua comprovada capacidade tecnológica, a Petrobras abriu a última fronteira exploratória de petróleo no mundo. Hoje, passados quatro anos da descoberta pioneira em Tupi, não chegam a 20 os poços iniciados e concluídos no pré-sal brasileiro. Só para se ter uma ideia aproximada do tamanho das jazidas, são necessários, no mínimo, uns 150 furos - ou até mais, afirmam os especialistas. Tudo depende das pesquisas que estão sendo feitas e isso justifica a cautela com que o assunto precisa ser tratado ao se levar em conta o interesse nacional.

O Brasil não precisa ter pressa, tem petróleo mais do que suficiente para as suas necessidades nas próximas décadas. Quem tem uma sede voraz por petróleo é o mundo, carente de novas fontes de abastecimento - daí o progressivo e irreversível aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

Leonel Brizola costumava dizer que "há anos que valem por décadas" e estamos vivendo um momento desses. O destino dos netos dos netos da atual geração de brasileiros depende da discussão que está sendo travada neste momento no Congresso Nacional, meio abafada pela mídia, a partir das propostas encaminhadas ao parlamento pelo Governo Lula e que tem por objetivo principal mudar o marco regulatório de petróleo no Brasil. Está em discussão o controle, ou não, pelo Brasil, da riqueza do petróleo do pré-sal.

A lei de petróleo em vigor, a 9.478/97, sancionada por Fernando Henrique

Cardoso - em substituição à Lei 2.004, nacionalista, de Getúlio Vargas, que criou a Petrobras e instaurou o monopólio estatal no Brasil - permite que as empresas petrolíferas internacionais explorem - e se apropriem - do petróleo brasileiro via os "leilões" entreguistas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), também criada por FHC. Isto apesar de a Constituição de 1988 confirmar que o petróleo do Brasil é da União e, portanto, dos brasileiros.

Na prática, não é assim: entendimento transversal da Lei de FHC pela Justiça, contrariando a Constituição e com a ajuda do então Ministro do STF, Nelson Jobim, permitiu que as multinacionais se apropriassem do que é dos brasileiros pagando à União apenas o ridículo imposto de 20%. A Shell já produz e exporta cerca de 50 mil barris/dia de petróleo, extraído do pós-sal da Bacia de Campos, verdadeiro absurdo.

O BRASIL NÃO PRECISA TER PRESSA, TEM PETRÓLEO MAIS DO QUE SUFICIENTE PARA AS SUAS NECESSIDADES NAS PRÓXIMAS DÉCADAS, QUEM TEM UMA SEDE VORAZ POR PETRÓLEO É O MUNDO, CARENTE DE NOVAS FONTES DE ABASTECIMENTO

As multinacionais, com o apoio da mídia, de alguns empresários e da direita, não querem que as propostas do governo Lula, para mudar o marco regulatório do petróleo, avancem - especialmente a mudança do regime de concessão para partilha. Porque o regime atual, de concessão, permite que elas fiquem com o petróleo que extraem, embora isto seja inconstitucional. Essas empresas querem continuar a auferir lucros astronômicos como a Shell já faz em Campos. Todos os grandes produtores mundiais taxam o seu petróleo entre 80 e 90% e criaram estatais para explorá-lo, porque se conscientizaram que ele é uma arma estratégica que, a cada dia, ganha mais importância devido a sua escassez. Permitir que petrolíferas internacionais continuem fazendo o que fazem hoje no Brasil, sob o regime de con-

cessão, é abrir mão da soberania.

Essas empresas são especialmente contra a ideia da Petrobras ser a única operadora do pré-sal, com direito a 30% da jazida, porque não querem ser fiscalizadas ou perder os privilégios inadmissíveis em países sérios que passaram a auferir a partir da lei entreguista de FHC. No mundo inteiro, os países que detêm grandes reservas petrolíferas estatizaram a sua produção, mas no Brasil aconteceu o inverso: depois de 53 anos de monopólio e de sucesso, a Petrobras foi obrigada a concorrer com petrolíferas estrangeiras, porque o subsolo foi aberto à ação predatória daquelas que já detiveram mais de 80% das reservas mundiais e hoje são obrigadas a se contentar com menos de 5%, correndo risco até de desaparecerem. Cabe ao Brasil se defender delas com novo marco regulatório.

Os leilões entreguistas da Agência Nacional de Petróleo (ANP) já repassaram para as petrolíferas internacionais 28% do pré-sal conhecido. É preciso impor limites e é mais do que necessária ampla discussão pela sociedade brasileira para que vigore a nova lei para a exploração de petróleo. No entendimento das petrolíferas internacionais, que contam com o apoio da mídia, o petróleo só é da União enquanto estiver no subsolo - fora dele, passa a ser delas. Muitas compraram "blocos exploratórios" leiloados pela ANP, inclusive na Bacia de Santos, a preço de um automóvel Honda Civic - blocos que depois das descobertas da Petrobras passaram a valer bilhões de dólares.

Não é por acaso que neste momento crucial a Petrobras, que ainda pertence ao povo brasileiro, tenha sido alvo da tentativa de instalar uma CPI e esteja sob ataque de seus inimigos de sempre, especialmente os neoliberais que no poder bancaram as privatizações e entregaram estatais como a Vale do Rio Doce e o Sistema Telebrás, na bacia das almas; além de venderem em Nova Iorque, por US\$ 4 bilhões, parte das ações da Petrobras, que hoje valem mais de US\$ 100 bilhões. Isto é um crime de lesa pátria.

Por todas essas questões é fundamental aprofundar a discussão para se ter noção exata do que está acontecendo no setor petrolífero. A hora é de mobilizar corações e mentes para defender o Brasil. É fundamental que a sociedade brasileira tome consciência do que é o pré-sal e a necessidade de mudar a legislação em vigor que autorizou as antigas "Sete irmãs" a cobiçarem o que pertence aos brasileiros. ■



DIREITOS HUMANOS

POR LÍCIA PERES

Pode-se afirmar que o grau de civilidade alcançado por uma sociedade está relacionado com o estágio em que nela estão assegurados os direitos humanos para o conjunto da população. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), decorridos mais de 60 anos de sua proclamação, ainda é uma agenda para a humanidade, uma enunciação de princípios. O reconhecimento de um conjunto de direitos a serem protegidos como direitos humanos é um poderoso instrumento para afirmar a dignidade de todas as pessoas pela sua condição de seres humanos dotados de razão e consciência.

Existe, de fato, um hiato entre o ideal democrático e a realidade da vida cotidiana. As violações ainda ocorrem em diversas partes do mundo, inclusive, no Brasil, construído a democracia, enfrentando o quadro de preconceitos e discriminações constituído-se em preocupação do Trabalho, desde o Encontro de Lisboa (1979). Com a determinação de organizar um partido verdadeiramente nacional, popular e democrático, foi assumida a opção pelos oprimidos e marginalizados. Decidido a combater a discriminação de classe, de gênero, racial e étnica, o Novo Trabalho - o PDT - assumirá, dentre

seus compromissos prioritários, a causa das mulheres, dos negros, das populações indígenas e o combate a todas as formas de discriminação, buscando a democracia e a justiça social através da igualdade de oportunidades. O projeto dos CIEPs, idealizado por Darcy Ribeiro, implementado por Leonel Brizola e por diversos governos trabalhistas, representa uma verdadeira revolução no sistema educacional.

Entretanto, precisamos estar conscientes de que a mudança de antigos paradigmas não é tarefa simples. A formação da sociedade brasileira marcada por séculos de colonialismo, de mão de obra escrava, em que o patriarcalismo excluía as mulheres do espaço público, deixou uma herança cultural em que o preconceito ainda se inscreve como algo natural. Ademais, os anos de autoritarismo onde a democracia foi golpeada e os direitos e garantias praticamente suprimidos contribuíram para tornar a construção da cidadania um autêntico desafio. A Constituição de 1988 - denominada Constituição Cidadã - com a participação de amplos segmentos da população brasileira irá assegurar os direitos e garantias fundamentais, um marco na história brasileira.

Mas, sabemos que esse ideal democrático ainda necessita ser efetivado, o que exige a ação decidida do Estado através de políticas públicas para a inclusão de setores marginalizados e da adoção de ações afirmativas para mulheres, negros, índios e aqueles que, por alguma deficiência, são portadores de necessidades especiais, de modo a possibilitar sua plena participação na vida econômica, social, política e cultural. A denúncia de constantes violações dos direitos humanos com a prática de maus-tratos e condições subumanas nos presídios brasileiros é algo que deve ser abolido. É indispensável uma educação de qualidade comprometida com a afirmação dos direitos humanos em que o respeito à diversidade de gênero, de raça, de credo, de orientação sexual - o respeito à diferença - constituam um valor irrenunciável. A ação conjunta do Poder Público e o protagonismo da sociedade organizada poderão operar a transformação desses padrões de dominação e ajudar nosso País a se tornar uma grande nação. O PDT historicamente está comprometido com essa causa e assim conclama a todos aqueles e aquelas que se candidatam pela nossa legenda que assumam a bandeira dos direitos humanos e ajudem a construir um Brasil para todos os brasileiros e brasileiras. ■



MEIO AMBIENTE

POR ROBERTO PINI

Hoje em dia muito se fala de aquecimento global e de que o homem é o culpado por esta mudança climática que estaria ameaçando todo o planeta, com uma desgraça que pintam como a maior de todas. O ambientalismo internacional alega que o clima era normal e estável antes das emissões de gases das atividades industriais e agrícolas humanas. O Brasil se tornou alvo de críticas e de enormes restrições pelo arrojo da sua agropecuária em geral. Já somos o 3º maior exportador de alimentos mundial. Isto incomoda as grandes potências.

Por outro, entretanto, há milhares de cientistas, no mundo inteiro, que refutam as premissas do aquecimento global antropogênico como falsas e absurdas. Apresentam provas de que, há mais de 10 anos, as temperaturas mé-

dias da Terra já estão diminuindo, de que as emissões humanas de gases nunca poderiam ter alterado a temperatura de todo o planeta e que, afinal, o clima na Terra nunca foi estável, sempre alterado por vários fatores naturais, que a ciência ainda não tem condições nem de entender. Além disto, ainda temos visto, na mídia, os vários escândalos de contradições, fraudes e manipulações de dados, revelando o lado anticientífico e corrupto no ambientalismo internacional criado pelas corporações gigantescas da Europa e dos Estados Unidos. Ora, o ambientalismo internacional está infiltrado em todas as esferas decisórias da vida nacional.

Sem entrar na controvérsia científica, o PDT tem uma visão mais profunda e patriótica deste problema. Haja ou não o aquecimento global causado pelo homem

(a ciência dirá) nada justifica, de alguma maneira, o atrevimento do ambientalismo internacional em colocar seres humanos abaixo da importância dos outros seres vivos, como se não estivéssemos na mesma natureza. Denunciamos, já, nisto, a falsidade dos propósitos do ambientalismo das grandes potências: o fato de alegarem proteger o meio ambiente para as gerações futuras, mas nem se importarem com os pobres e miseráveis de hoje, revela os objetivos nefastos e materialistas de sempre. Há 1,5 bilhões de famintos no mundo. No Brasil, temos 60 milhões de pobres. Denunciamos as pressões do ambientalismo internacional no nosso País e exigimos consideração à dignidade humana do pequeno, do médio e também do grande produtor rural brasileiro. Por vários motivos:

1. A maior desgraça do planeta não é o clima, mas sim o agravamento das desigualdades, das injustiças sociais, da miséria e da guerra. Mudanças climáticas justificariam mais cuidado com seres humanos.
2. A responsabilidade histórica por emissões de gases, dos países ricos é maior, tenham estas causado ou não alteração climática. Logo, eles deveriam resolver o problema. Há 17 anos não cumprem as metas, não ajudam os pobres e ainda têm a arrogância de querer ditar regras aqui para estorvar nosso desenvolvimento.
3. O Brasil já é um País com alta conservação de natureza: tem 5,44 milhões de km² de Florestas Tropicais, 63% da área do país. Os Estados Unidos só têm 23% e a Europa ocidental só 0,3%. O Brasil tinha, há 8 mil anos, 9,8% das florestas do mundo, hoje subiu para 28,3%. O Brasil é o único País que tem o instituto da reserva legal e das áreas de preservação permanente. Temos matriz energética limpa, 75% hidrelétrica, o etanol, o biocombustível, etc. Já estamos fazendo nossa parte, não aceitamos mais sobrecargas, como a do atual Código Florestal, totalmente forjado pelas ONGs estrangeiras, que, se cumprido como está hoje, representaria em torno de 400 bilhões de prejuízo para o setor de produção de alimentos; a maior destruição de valor da história da agricultura brasileira.
4. Não é possível ou viável a conservação da natureza com miséria humana ao redor. Não concordamos em mandar os pequenos produtores rurais, já abandonados secularmente, para as favelas urbanas. Isto é uma ação anti-humana e antiecológica. Há de manter os seres humanos onde estão, e qualificá-los para a produção sustentável.
5. O Brasil tem uma capacidade científica e tecnológica extraordinária, para criar modelos de sustentabilidade ambiental, conciliada com a social e econômica. Podemos chegar ao desmatamento ilegal zero, mas só depois de definirmos, com personalidade e à luz da nossa própria ciência, o nosso zoneamento econômico-ecológico e o nosso projeto de desenvolvimento sustentável ambiental-social-econômico. Repudiamos e desmascaramos o ambientalismo internacional que

só quer desconstruir nossa soberania, criar intransigências, injustiças, conflitos e nos colonizar de novo.

A nossa justa indignação nasce da coragem e do patriotismo de Leonel Brizola, cuja memória haveremos de honrar, continuando a sua luta de sempre, contra os mesmos assaltos do imperialismo, na sua ridícula versão neo-colonialista e agora travestido de falso ambientalismo. A bandeira de luta do PDT é a verdadeira defesa do

meio ambiente “completo”, com o ser humano integrado à natureza. Nossas prioridades são o combate à pobreza do trabalhador brasileiro e a sua educação socioambiental: nossos ideais trabalhistas e educacionais. Desenvolvimento sustentável brasileiro deverá ser um modelo mundial de liberdade, dignidade e respeito ao meio ambiente, amparado pela soberania da Nação brasileira. Deus nos ajude nesta batalha imensa. ■





Arquivo PDT

VERDADES E MENTIRAS SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO

POR BRIZOLA NETO
parlamentar de maior
projeção no uso da internet
para o debate político.
Seu blog tijolaco.com
tem hoje mais de 400 mil
acessos por mês.

A classificação frequentemente dada a um País como subdesenvolvido não é adequada pela maior parte das teorias e programas que desejam explicar a história do desenvolvimento mundial. Querem nos enfiar goela abaixo que os países que hoje apresentam níveis de desenvolvimento (político, econômico e principalmente social) inferiores aos dos países ditos desenvolvidos estão cumprindo etapas do desenvolvimento capitalista já realizadas há muitos anos pelo mundo desenvolvido, e por isso devem ser denominados “países emergentes”. A completa ignorância do processo de desenvolvimento histórico do mundo subdesenvolvido, em especial da América Latina e das relações entre as metrópoles e as colônias, entre o centro e a periferia do mundo capitalista, acompanha a falsa ideia de que o nosso atraso é produto e reflexo de características internas, de estruturas e instituições pré-capitalistas que devem ser superadas para se atingir o pleno desenvolvimento.

Frequentemente escutamos, inclusive, de líderes ditos progressistas, que o mundo subdesenvolvido, especialmente o Brasil, se apresenta como uma sociedade e uma economia dual, os assim denominados dois Brasis: o dos incluídos e o dos excluídos.

Querem nos convencer dioturnamente que cada parte tem uma história própria e independente, que o atraso de uma parte da população nada teria a ver com o desenvolvimento da outra, e que a desenvolvida assim o é pelo contato e assimilação da economia de mercado.

O que o trabalhismo aponta é justamente o contrário, pois o processo de desenvolvimento histórico dos países classificados como “emergentes” demonstra inequivocamente que, quanto mais intenso é o seu

contato com os países desenvolvidos, sua assimilação dos valores e das instituições da economia de mercado, tanto pior ficam seus índices de desenvolvimento sociopolítico e econômico. Basta observar o que ocorreu no nordeste brasileiro com a incorporação das lavouras de cana de açúcar pela empresa colonial. O próspero comércio açucareiro de exportação só conseguiu, ao longo dos séculos, produzir a região mais pobre do País.

A mesma coisa ocorreu nas regiões mineradoras de Minas Gerais e dos Altiplanos Andinos, com cidades que ficaram mundialmente conhecidas pelo seu ouro e sua prata, a exemplo de Ouro Preto que experimentou o desenvolvimento típico dos países com atividades não perenes, que se esgotaram rapidamente junto com a atividade aurífera da região.

Hoje, o que assistimos é a perversa sofisticação deste sistema baseado na pilhagem dos recursos naturais e na superexploração do trabalho do povo. Trata-se de um sistema mundial que extrai dos mais diferentes lugares do planeta o excedente econômico para os países desenvolvidos, garantindo assim a alta qualidade de vida de seus povos.

A empresa colonial deu lugar às multinacionais, os entrepostos coloniais converteram-se em cidades que produzem internamente a lógica centro-periferia, concentrando os excedentes para remetê-los ao exterior à custa da pauperização e do esvaziamento do campo no interior do Brasil. É inegável a associação do desenvolvimento dos povos e países ricos à custa da miséria e do empobrecimento dos países e povos subdesenvolvidos. A verdade é que o desenvolvimento capitalista do mundo rico não se faz sem o subdesenvolvimento do mundo pobre. ■

“

FREQUENTEMENTE
ESCUTAMOS,
INCLUSIVE, DE LÍDERES
DITOS PROGRESSISTAS,
QUE O MUNDO
SUBDESENVOLVIDO,
ESPECIALMENTE O
BRASIL, SE APRESENTA
COMO UMA
SOCIEDADE E UMA
ECONOMIA DUAL, OS
ASSIM DENOMINADOS
DOIS BRASIS: O DOS
INCLUÍDOS E O DOS
EXCLUÍDOS.

”

O AMOR PELO BRASIL FAZ A NOSSA HISTÓRIA.

O COMPROMISSO PELA EDUCAÇÃO FAZ O NOSSO PARTIDO.



TUDO PODER AOS NÚCLEOS DE BASE.



PDT

“NASCEMOS E EXISTIMOS COMO PARTIDO POLÍTICO PARA MUDAR O BRASIL”

(Leonel Brizola)

Art. 1 - O Partido Democrático Trabalhista - PDT - é uma organização política da Nação Brasileira para a defesa de seus interesses, de seu patrimônio, de sua identidade e de sua integridade e tem como objetivos principais lutar, sob a inspiração do nacionalismo e do trabalhismo, pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil, pela dignificação do povo brasileiro e pelos direitos e conquistas do trabalho e do conhecimento, fontes originárias de todos os bens e riquezas, visando à construção de uma sociedade democrática e socialista.

Art. 28 - Núcleo de Base é uma unidade de cooperação e de mobilização do Partido organizado por categoria profissional, por local de trabalho, de moradia, de estudo ou por movimentos sociais, sempre vinculado a um Diretório Distrital ou de Bairro, ao Diretório Municipal ou, ainda, em situações especiais, aos Movimentos Partidários, aos Diretórios Estaduais e Nacional.

Estatuto do PDT (Aprovado pela Convenção Nacional realizada em Brasília, nos dias 27 de Agosto de 1999)